

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

Vol. 24 - Nº 2 Ano 2024 Jul / Dez.



Moc

DISTINTIVO DE FARDA DO COMANDO REGIONAL ESPECIALIZADO DA PMMT





REVISTA HOMENS DO MATO

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vol. 24– Nº 2– Ano 2024

Jul a Dez

“HOMENS DO MATO”

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública criada pela Portaria nº 003/APMCV de 12 de julho de 2005 – ISSN 2359-5124

INSTITUCIONAL

Cel PM Alexandre Correa Mendes – Comandante-Geral da PMMT

Cel PM Januário Antônio Edwiges Batista – Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMMT

Ten Cel PM Gabriel Rodrigues Leal – Coordenador do Centro de Pesquisa da PMMT

PRODUÇÃO

Editor Gerente: Dr. Gabriel Rodrigues Leal, Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Dr. Adriano Breunig	Dr. Kuang Hongyu
Dr. Almir Balieiro	Dr. Laudicério Aguiar Machado
Dr. Almir de França Ferraz	Dr. Marcelo de Miranda Lacerda
Dra. Angela Santana de Oliveira	Dra. Maria Aparecida Morgado
Dr. Antônio Carlos Monteiro de Castro	Dra. Mariadas Dores Cardoso Frazão
Dra. Diva Maria de Oliveira Mainardi	Dra. Mariele Schmidt Canabarro Quinteiro
Dr. Edson Benedito Rondon Filho	Dra. Nágila de Moura Brandão
Dr. Einstein Lemos Aguiar	Dr. Naldson Ramos da Costa
Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	Dra. Rochele Fellini Fachinetto
Dr. Gabriel Rodrigues Leal	Dr. Ronilson de Souza Luiz
Dr. George Felipe Dantas	Dra. Sônia Cristina Oliveira
Dr. João Batista da Silva	Dra. Suely Dulce de Castilho
Dra. Joelma Fernandes de Oliveira	Dr. Wilquerson Felizardo Sandes

Editor de seção: Msc. Anderson Przybyszewski Silva.

Editoração Eletrônica e arte da capa: Msc. Enzi Cerqueira Almeida Jr.

Revisão gramatical: Dr. Gabriel Rodrigues Leal.

Capa: Distintivo de Farda do Comando Regional Especializado da PMMT.

REVISTA HOMENS DO MATO. Polícia Militar de Mato Grosso – PMMT. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, nº 2 Vol. 24, 2024.

Periodicidade Semestral

ISSN 2359-5124

1. Polícia Militar, 2. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, 3. Segurança Pública, 4. Título, 5. Periódico.

EDITORIAL

Ilustres Leitores (as)!

Temos a honra de apresentar a 2ª Edição da Revista Científica Homens do Mato deste ano. Insta salientar que a presente edição contempla pesquisas apresentadas em contextos distintos de segurança pública, sempre com temas que se relacionam com a segurança pública sob um aspecto holístico.

Inauguramos a seção de artigos com o trabalho dos pesquisadores Janaína Da Fonseca Barreto Fernandes, Juliano Rodrigues Pamplona e Gabriel Rodrigues Leal, que se dedicou a estudar a perspectiva de correição e controle da atividade policial, por meio do artigo intitulado “O PERFIL DO POLICIAL MILITAR DISCIPLINADO: ANÁLISE DOS PADRÕES DE CONDUTA DOS INTEGRANTES DA PMMT SUBMETIDOS AO CONSELHO DE DISCIPLINA (2019-2023)”.

Através da pesquisa dos autores David Wincley Lins Costa, Jéssica Carolina Schutz Ramos, Taís Aparecida de Campos, Anderson Przybyszewski Silva, cujo tema é “ESTRESSE OCUPACIONAL NA POLÍCIA MILITAR: IMPACTOS E ESTRATÉGIAS” emergem discussões relevantes sob a temática do estresse ocupacional na saúde mental e física de policiais militares.

Na pesquisa denominada “AS SINGULARIDADES DAS MÃES ALUNAS SOLDADOS NO 32º CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMMT”, as pesquisadoras Alana Ramalho London, Ana Liah Gomes Uemura, Clauderize Karla de Oliveira Uemura e Joelma Dayane Carvalho de Melo Bressanelli, objetivaram discorrer sobre aspectos da presença feminina no 32º curso de formação de soldado da PMMT.

Na capa da Revista Homens do Mato, nesta edição apresentamos o distintivo de farda do Quartel do 2º Comando Regional da PMMT, sediado na cidade de Várzea Grande-MT.

Depois de realizadas as devidas apresentações, convidamos para o deleite da leitura!

Cuiabá-MT, Dezembro de 2024

Gabriel Rodrigues Leal – Ten Cel PM

Editor Geral da RHM

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

- O PERFIL DO POLICIAL MILITAR DISCIPLINADO: ANÁLISE DOS PADRÕES DE CONDUTA DOS INTEGRANTES DA PMMT SUBMETIDOS AO CONSELHO DE DISCIPLINA (2019-2023)** p. 09

Janaína Da Fonseca Barreto Fernandes

Juliano Rodrigues Pamplona

Gabriel Rodrigues Leal

- ESTRESSE OCUPACIONAL NA POLÍCIA MILITAR: IMPACTOS E ESTRATÉGIAS** p. 43

David Wincley Lins Costa

Jéssica Carolina Schutz Ramos

Taís Aparecida de Campos

Anderson Przybyszewski Silva

- AS SINGULARIDADES DAS MÃES ALUNAS SOLDADOS NO 32º CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMMT** p. 69

Alana Ramalho London

Ana Liah Gomes Uemura

Clauderize Karla de Oliveira Uemura

Joelma Dayane Carvalho de Melo Bressanelli

O PERFIL DO POLICIAL MILITAR DISCIPLINADO: ANÁLISE DOS PADRÕES DE CONDUTA DOS INTEGRANTES DA PMMT SUBMETIDOS AO CONSELHO DE DISCIPLINA (2019-2023)

Janaína Da Fonseca Barreto Fernandes¹

Juliano Rodrigues Pamplona²

Gabriel Rodrigues Leal³

RESUMO

Este trabalho visa investigar o perfil dos policiais militares de Mato Grosso submetidos ao Conselho de Disciplina entre 2019 e 2023. O problema central é identificar padrões comuns neste grupo, como sexo, idade, forma de ingresso, desempenho no curso de formação, tempo de serviço, graduação, tipos de infração, situação, se em folga ou em serviço, lotação, vida disciplinar pregressa e copartícipes. O objetivo é traçar um perfil detalhado desses policiais, categorizando essas variáveis para identificar pontos comuns na trajetória profissional. A metodologia é quali-quantitativa, utilizando dados da Polícia Militar e análises estatísticas descritivas. Espera-se identificar padrões profissionais comuns, permitindo a implementação de medidas preventivas e corretivas para melhorar a integridade e eficácia da PMMT.

Palavras-chave: Polícia Militar – Desvio de conduta – Perfil profissional – Conselho de Disciplina – Ética policial.

ABSTRACT

This study aims to investigate the profile of military Police officers in Mato Grosso who were subjected to the Disciplinary Board between 2019 and 2023. The central problem is to identify common patterns in this group, such as gender, age, form of entry, performance in the training course, length of service, graduation, types of infraction, situation, whether off-duty or on-duty, assignment, previous disciplinary life and co-participants. The aim is to draw up a detailed profile of these police officers, categorizing these variables in order to identify common points in their professional careers. The methodology is qualitative and quantitative, using data from the Military Police and descriptive statistical analysis. It is hoped to identify common professional patterns, enabling the implementation of preventive and corrective measures to improve the integrity and effectiveness of the PMMT.

Keywords: Military Police – Misconduct – Professional Profile – Disciplinary Council – Police Ethics.

¹Major da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar Costa Verde/MT (CFO/APMCV).

²Major da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar Costa Verde/MT (CFO/APMCV).

³ Tenente Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso, pós-doutor em Filosofia da Educação (Estudos de Filosofia e Formação) pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018).

INTRODUÇÃO

A conduta dos policiais militares é um fator crucial para a manutenção da ordem pública e para a promoção da confiabilidade da sociedade nas instituições de segurança. No Estado de Mato Grosso, assim como em todas as regiões do Brasil, a Polícia Militar (PM) enfrenta diversos e complexos desafios, que exigem não apenas um desempenho técnico profissional adequado, mas também uma postura ética e disciplinar rigorosa.

O presente estudo investigou o perfil dos policiais militares do Estado de Mato Grosso submetidos ao Conselho de Disciplina (CD) entre os anos de 2019 e 2023. Buscando identificar e analisar os padrões comuns e as características predominantes na condução das ações e na identidade profissional entre esses policiais é fundamental para compreender melhor os fatores que contribuem para os desvios de conduta. Essas razões ressaltam a importância de adotar uma abordagem científica e metódica para compreender e enfrentar os obstáculos encontrados pela organização quanto ao controle interno da atividade policial. Logo, entender o perfil do disciplinado, por meio de padrões similares da conduta das praças e praças especiais submetidas a processo demissório, pode ser fator categórico para melhorar a integridade e a eficácia da PMMT.

A hipótese central deste estudo é que existem características comuns entre os policiais submetidos ao Conselho de Disciplina, sexo, idade, forma de ingresso, desempenho no curso de formação, tempo de serviço, graduação, tipos de infração, situação (se em folga ou em serviço), lotação, vida disciplinar pregressa e copartícipes. A identificação desses padrões pode oferecer informações valiosas sobre as variáveis que afetam o comportamento dos policiais militares e ajudar a aprimorar as políticas de gestão de pessoal dentro da organização. Para tanto, nossa análise verificará os aspectos comuns de conduta identificados nesse grupo, através de 11 (onze) variáveis acima citadas.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, utilizando dados coletados dos Sistemas da PMMT, provenientes da Corregedoria Geral, da Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Ensino,

Instrução e Pesquisa, de forma totalmente sigilosa, os nomes dos policiais militares constantes do estudo foram ocultados.

Os resultados esperados deste estudo incluem a identificação dos principais fatores que contribuem para o desvio de conduta, possibilitando a implementação de medidas preventivas e corretivas que possam melhorar a integridade e a eficácia da Polícia Militar de Mato Grosso. Além disso, espera-se que este estudo contribua para a literatura existente sobre desvio de conduta policial, oferecendo novas perspectivas sobre a gestão disciplinar dentro das instituições de segurança.

Dessa forma, a importância de tal estudo reside não apenas na melhoria das práticas internas da Polícia Militar, mas também no fortalecimento da confiança pública na instituição, pois expressa um contínuo dever com a ética, a disciplina e a prestação de um serviço de qualidade à sociedade.

Após essa introdução, apresentaremos as normas e regulamentos da PMMT que tratam sobre ética, valores e deveres dos militares, bem como disciplina. Além disso, faremos uma revisão da literatura sobre fatores organizacionais, corrupção policial e desvio de conduta nas organizações policiais, destacando os impactos negativos desses problemas na reputação institucional.

Seguindo, discutiremos a categorização das condutas infracionais, juntamente com a compilação dos dados, identificando padrões de conduta e perfis dos policiais desde o ingresso até a infração que motivou a abertura do procedimento demissório. Como resultado, delineamos um perfil com diversos pontos em comum entre todos os policiais submetidos ao Conselho de Disciplina, evidenciando padrões de risco.

Assim, ao traçar os padrões na conduta dos policiais, identificamos pontos críticos para intervenção e implementação de medidas preventivas. Esse processo pode revelar falhas em setores cruciais, quer seja na seleção, na formação ou *ethos* de determinados agrupamentos, contribuindo para uma gestão de risco mais eficaz por parte do Estado Maior, especialmente no que se refere aos policiais que se enquadram no perfil de risco.

DOS VALORES INSTITUCIONAIS

Os militares do estado de Mato Grosso são regidos pela Lei Complementar nº 555, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso, que regula as situações, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos militares do Estado de Mato Grosso, conforme previsto em seu Art. 1º: “O presente Estatuto regula as situações, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos militares do Estado de Mato Grosso.”⁴

Para além dos deveres dos cidadãos e funcionários civis, os policiais militares cumprem, além da legislação comum e específica, observam também, os valores institucionais, honra, pundonor militar e o decore da classe. No qual uma ação realizada por um funcionário civil que não seja tipificada como uma infração não terá a mesma repercussão como acontece com a mesma conduta praticada pelo policial militar que além das infrações tipificadas há ainda uma grande preocupação com os valores institucionais que esse policial representa.

Em seu capítulo VI, o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso, aduz quanto a ética, os valores e os deveres dos militares, princípios estes que orientam o comportamento do policial dentro e fora da instituição, enfim a deontologia militar constitui num programa de compliance interno e externo, um verdadeiro guia para as ações dos integrantes da instituição militar e que representa um dever de observância do policial militar.

Das normas e regulamentações da PMMT sobre disciplina

Desvio de conduta refere-se a qualquer comportamento ou omissão de ação que vá contra as normas e valores estabelecidos pela Polícia Militar do Estado do Mato Grosso (PMMT), violando assim um princípio fundamental da instituição: a disciplina, conforme descrito no Decreto nº 1.329, de 21 de abril de 1978, que

⁴MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 555, de 19 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E005567C5/250A3B130089C1CC042572ED0051D0A1/D314360ABFF2A92484257DC100692FB3>. Acesso em: 30.jun.2024.

sanciona o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso – RDPM.

No art. 6º do Regulamento Disciplinar, temos a definição de disciplina:

Art. 6º - A disciplina policial-militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar.

§ 1º - São manifestações essenciais de disciplina:

- 1) a correção de atitudes;
- 2) a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;
- 3) a dedicação integral ao serviço;
- 4) a colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição;
- 5) a consciência das responsabilidades;
- 6) a rigorosa observância das prescrições regulamentares.⁵

Neste trabalho não iremos abordar todos os desvios de conduta, mas somente aqueles que ensejaram a abertura de Conselho de Disciplina, que são os desvios de conduta mais graves, no qual é julgado se o policial militar (praças e Aspirantes-a-Oficial PM) possui condições de permanecer nos quadros da PMMT.

Conforme veremos adiante na Lei nº 3.800, de 19 de outubro de 1976:

Art. 1º - O Conselho de Disciplina é destinado a julgar da incapacidade do Aspirante-a-Oficial PM e das demais praças da Polícia Militar com estabilidade assegurada, para permanecerem na ativa, criando ao mesmo tempo, condições para se defenderem.⁶

⁵ MATO GROSSO. Lei Complementar nº 555, de 19 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E005567C5/250A3B130089C1CC042572ED0051D0A1/D314360ABFF2A92484257DC100692FB3>. Acesso em: 30.jun.2024.

⁶ Id. Lei nº 3.800, de 19 de outubro de 1976. Dispõe, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sobre o CONSELHO DE DISCIPLINA e dá outras providências. Disponível em: <https://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/5114926/Lei+3.800++Conselho+de+Disciplina+na+PMMT.pdf/c5a62c44-b112-4b18-9f4a-7fe42c67d57b?t=1497304920398>. Acesso em: 30.jun.2024.

O Conselho Disciplinar desempenha um papel central na manutenção da disciplina e da ética na polícia militar. Os membros, que são nomeados pelo Comandante Geral da PMMT, são responsáveis por apurar as denúncias de desvios de conduta, conduzir investigações imparciais e aplicar as sanções disciplinares cabíveis aos policiais infratores.⁷

Abaixo, as situações em que o policial militar é submetido ao Conselho de Disciplina, conforme a Lei nº 3.800, de 19 de outubro de 1976:

Art. 2º - É submetida a Conselho de Disciplina, "ex-officio", a praça referida no artigo 1º e seu parágrafo único:

I - acusada oficialmente, ou por qualquer meio lícito de comunicação social, de ter:

a - procedido incorretamente no desempenho do cargo;

b - tido conduta irregular; ou

c - praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe;

II - afastada do cargo, na forma da legislação policial-militar, por se tornar incompatível com o mesmo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais-militares a ela inerentes, salvo se o afastamento é decorrência de fatos que motivem sua submissão a processo;

III - condenada por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em Tribunal civil ou militar.⁸

Conceituado o desvio de conduta do policial militar, o Conselho de Disciplina (CD) e suas hipóteses de instauração, cabe destacar que um dos objetivos deste trabalho é categorizar cada conduta motivadora das praças submetidas ao Conselho de Disciplina.

Esses desvios abrangem uma ampla gama de ações, desde a corrupção e o abuso de autoridade até a negligência no cumprimento do dever e a violência

⁷COSTA, Arthur T. M. Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

⁸MATO GROSSO. Lei Complementar nº 555, de 19 de dezembro de 2014. op. cit.

desnecessária. Tais condutas inadequadas prejudicam a imagem da polícia, minam a confiança da população e comprometem a eficácia da segurança pública.⁹

FATORES ORGANIZACIONAIS E FATORES INDIVIDUAIS

Ao analisarmos os dados dessa pesquisa será possível verificar se a conduta dos policiais militares é um reflexo direto do ambiente organizacional em que operam. Vários fatores organizacionais são essenciais para que a boa conduta seja mantida e aprimorada, dessa forma, princípios de ética, disciplina e profissionalismo devem estar sempre alinhados.

Segundo Punch¹⁰, diversos fatores podem contribuir para a ocorrência de desvios de conduta entre os policiais militares. A cultura organizacional e o processo de socialização profissional podem influenciar o comportamento dos agentes, transmitindo valores e práticas que nem sempre estão alinhados com a ética policial.

Apesar da possibilidade de fatores individuais como determinantes para os atos corruptivos, muitos autores focam nas questões organizacionais como os verdadeiros elementos criminogênicos. Bayley e Perito (2011) apontam para a cultura organizacional como um fator preponderante. Neste sentido, aproximam-se Williams (1999) e Newburn (2014). Já Macvean (2010) alerta que, ao contrário do mero foco na existência de “maças podres”, as sistematizações de atos corruptivos podem alcançar um patamar grande o suficiente para se tornar um “desvio organizacional”, podendo – por fim – culminar em uma “falha do sistema”.¹¹

Os episódios de má conduta policial não são eventos isolados, mas sim manifestações de uma cultura institucional que, muitas vezes, tolera e até estimula

⁹ SKOLNICK, Jerome; FYFE, James. *Above the Law: police and the excessive use of force*. New York: The Free Press, 1993.

¹⁰ PUNCH, M. *Police corruption: Deviance, accountability and reform in policing*. Cullompton, UK: Willan Publishing, 2009.

¹¹ LAIDENS GURGEL, R., Teixeira COSTA, D., & Vieira de OLIVEIRA, L. A., 2022. Entre maçãs, cestos e pomares: padrões de desvio de conduta que ensejam a expulsão do policial militar. *Revista Científica Da Escola Superior De Polícia Militar*, (3), 6-47. Recuperado de <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/37>.

práticas abusivas, os chamados incentivos perversos (“efeito cobra”)¹². O perfil do 'mau policial' emerge de um contexto onde a impunidade e a falta de supervisão e fiscalização efetiva perpetuam comportamentos violentos e corruptos.¹³

Diversos fatores podem contribuir para a ocorrência de desvios de conduta entre os policiais militares. A cultura organizacional e o processo de socialização profissional podem influenciar o comportamento dos agentes, transmitindo valores e práticas que nem sempre estão alinhados com a ética policial.¹⁴

Nesse sentido os fatores individuais que viabilizam o cometimento dos desvios de conduta, como por exemplo, fator tempo de serviço na corporação, em que Silva e Souza, analisaram que quanto menos tempo na polícia, mais agressiva e violenta é a ação do agente e ainda que em regiões e bairros mais pobres e desprovidas de estrutura adequada a corrupção policial é maior.¹⁵

Identificar fatores organizacionais e pessoais de desvio de conduta e compreender suas causas subjacentes ajuda a desenvolver um modelo preditivo para intervenções oportunas e direcionadas, além de possibilitar uma mudança cultural a longo prazo, coordenada pelo Estado-Maior da PMMT.

METODOLOGIA

A metodologia adotada na pesquisa é de natureza quali-quantitativa, combinando abordagens qualitativas e quantitativas para fornecer uma análise abrangente dos dados.

¹² Conta-se que durante o domínio colonial britânico, havia muitas cobras venenosas em Déli, então o governo decidiu criar um programa para incentivar a população a matar as cobras. O programa era simples: traga uma cobra morta e pegue uma recompensa. Semana após semana, o governo pagava somas de dinheiro cada vez maiores conforme mais e mais cobras mortas eram entregues. Tudo ia bem, até que um dia um oficial britânico foi ao interior e descobriu que a população estava criando cobras, já que era uma atividade mais rentável do que criar ou plantar qualquer outra coisa. O que você faria se fosse o governante britânico depois de descobrir os criadores de cobras?

¹³LIMA, A. F.; PIMENTA, D. S. A cultura da impunidade e o perfil do mal policial no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 12, n. 3, p. 43-59, 2018.

¹⁴PUNCH, M. *Police corruption: Deviance, accountability and reform in policing*. Cullompton, UK: Willan Publishing, 2009.

¹⁵ SILVA, José Vicente; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Criminalidade policial: a dinâmica da relação entre violência e corrupção na polícia militar do Pará. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.31, n. 1, p. 99-117, jan/jun, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: 30.jun.2024.

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e concretos” e aprofundados em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa¹⁶.

Esta metodologia permite uma exploração detalhada das características e dos padrões de conduta dos policiais militares submetidos ao Conselho de Disciplina no Estado de Mato Grosso entre os anos de 2019 e 2023.

Para Gil¹⁷, a população “é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar”.

A população do presente estudo consiste em todos os policiais militares do Estado de Mato Grosso que foram submetidos ao CD durante 2019 a 2023. A amostra será composta por esses policiais, abrangendo todos os casos registrados nos sistemas da PM durante o período especificado, ou seja, 100% da população.

Fizemos a abertura do Controle de Processo Jurídico (CPJ) de cada policial e realizamos a leitura de cada Portaria de Instauração de Conselho de Disciplina, no qual extraímos os primeiros dados, como: tipo de infração, data da infração, situação do militar: se estava de folga ou em serviço e sua graduação. Já no CPJ extraímos a vida funcional do policial militar, no qual consta todos os processos jurídicos e extraímos seus processos disciplinares anteriores. Além das atas de conclusão de todas as turmas de formação de todos os policiais do nosso universo.

Em seguida, analisamos as variáveis de estudo, que incluem: a) sexo, b) idade, c) forma de ingresso, d) desempenho no curso de formação, e) tempo de serviço, f) graduação, g) tipos de infração, h) situação (se em folga ou em serviço), i) lotação, j) vida disciplinar pregressa; k) copartícipes. Os dados foram organizados em uma planilha para um controle quantitativo preciso, permitindo a análise de todas as

¹⁶ MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

¹⁷ Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008, p.89.

informações necessárias. A partir dessa base de dados, foram separadas as variáveis e realizados comparativos isolados e interligados para extrair informações do perfil.

Ainda, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica abrangente sobre diversos temas relacionados, incluindo fatores organizacionais, desvio de conduta, disciplina, ética, valores institucionais e deveres dos militares do estado de Mato Grosso. Além disso, foram revisadas as normativas e regulamentações da PMMT relacionadas fins de embasar a análise dos dados coletados.

A coleta de dados foi realizada com a devida autorização das autoridades competentes, garantindo a confidencialidade e a integridade das informações, reservando todos os direitos previstos na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados desempenha um papel crucial na compreensão dos padrões de conduta dos policiais militares da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) submetidos ao Conselho de Disciplina entre 2019 e 2023.

Os dados coletados foram meticulosamente quantificados, analisados e apresentados por meio de tabelas e gráficos. É importante ressaltar que este artigo não incluirá dados referentes a praças especiais, uma vez que no período estudado não havia praças especiais (Aspirante a Oficial) nos quadros da PMMT.

Entendemos que a análise de cada variável em separado é importante para uma visão macro do perfil do disciplinado, mas também a análise de variáveis combinadas é importante para entender motivações e oportunidades, bem como ter as percepções em conjunto dos dados. Como por exemplo, em separado podemos saber se as infrações são mais comuns na folga ou em serviço, e em conjunto, saber quais infrações e desvios são mais comuns na folga do policial.

A PMMT conta atualmente com 7.065 (sete mil e sessenta e cinco) policiais militares na ativa¹⁸, deste total temos 5.912 (cinco mil e novecentos e doze) praças do sexo masculino e 560 (quinhentos e sessenta) praças do sexo feminino, totalizando,

¹⁸ Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, em 24.jun.2024.

assim, 6.472 (seis mil e quatrocentos e setenta e duas) praças na ativa em 24 de junho de 2024 e 593 oficiais.

Durante o processo dos dados obtidos, verificamos um total de 114 portarias de Conselhos de Disciplina instauradas, envolvendo 126 policiais militares contabilizados por ano, no período de 2019 a 2023, destes, ainda temos que 13 (treze) militares respondem a mais de um CD, os quais serão contabilizados mais de uma vez, conforme a quantidade de Conselho que respondem, o que nos faz chegar ao montante de 141 (cento e quarenta e um) militares, universo este que trabalharemos no decorrer do presente artigo.

Tabela 1 – População e Amostra

Ano de Instauração	Nº de portarias instauradas	Nº de policiais investigados
2019	34	39
2020	23	34
2021	28	34
2022	13	18
2023	16	16
TOTAL	114	141

Fonte: Elaborado pelos aurores (2024).

Assim, ao calcularmos tais dados com o efetivo de praças da PMMT, temos que 2,17% do efetivo total de praças foram submetidos a processo demissório no referido período, bem como tal valor corresponde a 2% do efetivo total da PMMT.

Em análise comparativa com a Polícia Judiciária Civil (PJC) do Estado de Mato Grosso, entre 2019 e 2023 foram abertos 49 Processos Administrativos Disciplinares (PAD), sendo que a PJC tem 3.223 cargos ocupados conforme o lotacionograma do 4º trimestre de 2023¹⁹. Com uma porcentagem de aproximadamente 1,5% de servidores com um PAD aberto em relação ao efetivo total de servidores. Cabe ressaltar que a PJC não faz distinção dos processos

¹⁹Lotacionograma da Polícia Judiciária Civil no 4º Trimestre de 2023. Disponível em: https://seplag.mt.gov.br/images/files/4_TRIM_2023_-_PJC15122023151119.pdf. Acessado em 15/07/2024.

administrativos disciplinares menos graves dos mais graves que ensejam a exclusão como a Polícia Militar, que é o objeto de estudo deste artigo.

Realizando também um comparativo correcional com outra Secretaria de Estado, buscamos informações junto à Secretaria de Educação - SEDUC, que conta com 9.192 mil servidores²⁰, tendo 92 processos abertos entre os anos de 2021 e 2024. Esse valor corresponde a 1% dos servidores da SEDUC que foram submetidos a processos administrativos. Ressaltando que a SEDUC também não tem um PAD específico para os casos mais graves. Dessa forma, tanto a PJC quanto a SEDUC dentre esses PADs podem ter uma simples falta ao serviço quanto uma infração mais gravosa. Dessa forma, levando em consideração PADs por condutas diversas, durante esse período, a PMMT instaurou 700 processos.

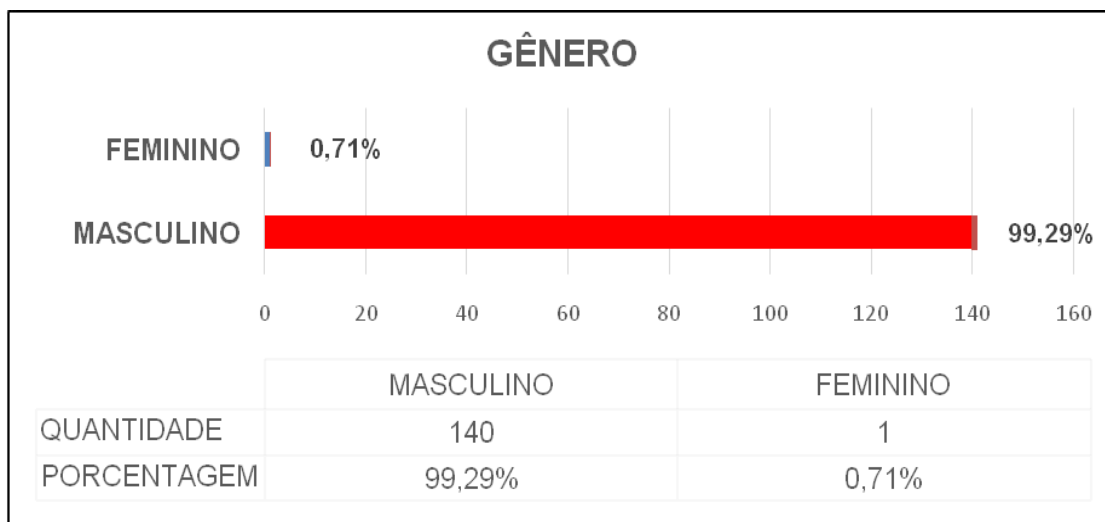
Nesse diapasão, vemos que a PMMT submeteu 10,81% de seu efetivo de praças a processos administrativos disciplinares, isso demonstra uma atividade correcional sobre os policiais militares extremamente superior a qualquer servidor civil do estado. Demonstrando um grande fator organizacional de enfrentamento aos desvios de conduta dentro da PMMT.

Prosseguindo, cabe ressaltar que solicitamos também tais dados ao Ministério Público de Mato Grosso e ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, contudo, não obtivemos respostas às solicitações.

Agora como primeira composição do nosso perfil, temos o gênero dos policiais, conforme segue Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Gênero

²⁰Lotacionograma da Secretaria de Estado de Educação - 2º Trimestre de 2024. Disponível em: https://seplag.mt.gov.br/images/files/2_TRIM_-_2024_-_SEDUC24042024153221.pdf. Acesso em: 30.jun.2024



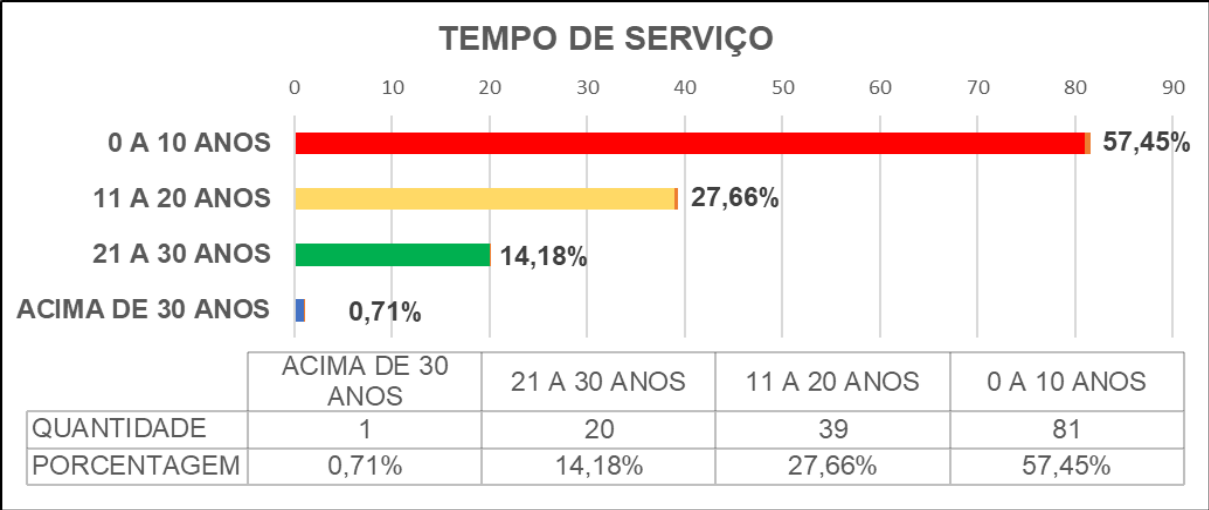
Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Para uma análise adequada do gráfico acima, é essencial considerar fatores como a composição demográfica da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Logo, verificamos que existe uma predominância masculina no efetivo da PMMT e, mesmo com o aumento gradual da inclusão de mulheres, os homens ainda constituem a maioria. Consequentemente, é lógico que haverá mais homens em qualquer subgrupo específico.

Contudo, estatisticamente, quando comparamos os resultados obtidos ao efetivo total de praças da PMMT, verificamos que 140 (cento e quarenta) militares do sexo masculino representam 2,36% do efetivo de praças masculino da PMMT, enquanto 01 (uma) militar do sexo feminino representa apenas 0,17% do efetivo de praças feminino da PMMT. Esses números indicam que, proporcionalmente, uma maior porcentagem de homens está envolvida em processos demissórios em comparação com mulheres.

Concluimos então que, mesmo com a predominância masculina, a porcentagem de homens envolvidos em processos demissórios é significativamente maior do que a das mulheres. Isso sugere que os homens têm uma probabilidade maior de estarem envolvidos em processos demissórios. Os fatores contributivos de homens cometerem mais crimes que as mulheres é complexa e envolve uma combinação de fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

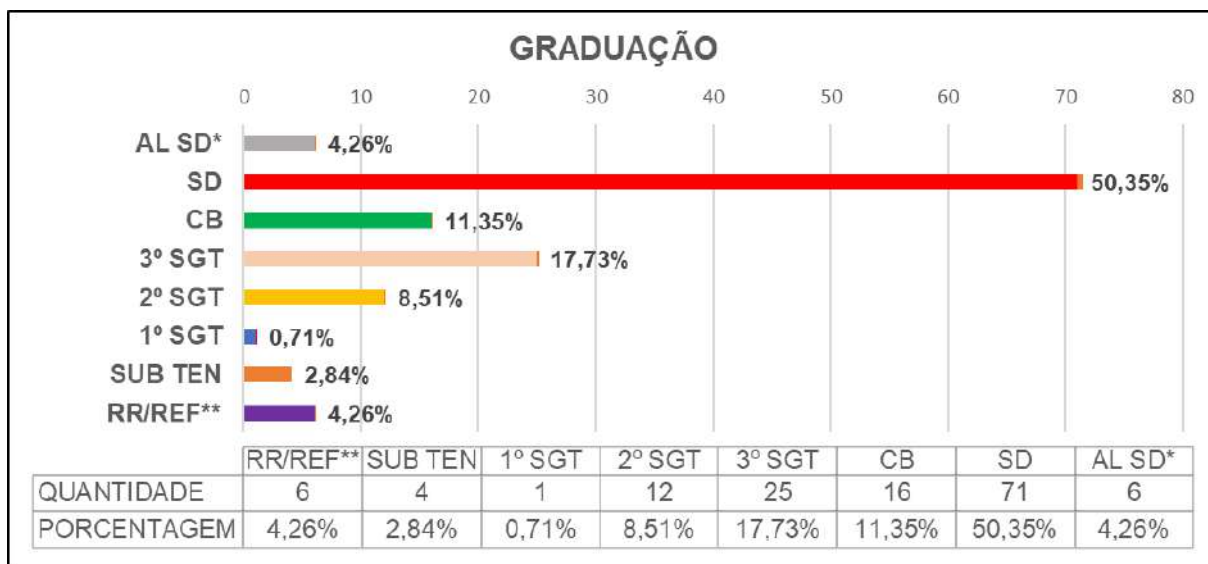
Gráfico 2: Tempo de serviço



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A análise dos dados sobre o tempo de serviço dos militares envolvidos em processos demissórios revela uma correlação significativa entre a faixa etária e a propensão a enfrentar esses processos. Militares com menos de 10 anos de serviço, mostram uma alta porcentagem de processos demissórios. Esse fenômeno pode ser atribuído à falta de experiência e à dificuldade em se ajustar às rigorosas normas e procedimentos do ambiente militar. A menor maturidade profissional, combinada com um processo de adaptação ainda em andamento, contribui para um maior potencial de infrações. Em contraste, militares com mais de 21 anos de serviço, que possuem maior experiência, exibem uma menor incidência de processos demissórios. Isso sugere que a experiência e o tempo de serviço promovem uma melhor adaptação às exigências institucionais, resultando em maior conformidade e desempenho profissional.

Gráfico 3: Graduação



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

*O policial militar cometeu o fato antes de estar na situação de ativo da Polícia Militar – fraude no concurso com uso de documentos falsos ou falsidade ideológica.

**Reserva/Reforma: Se refere a todas as graduações daqueles que estão na Reserva Remunerada e Reformados.

Verificamos que mais da metade dos policiais cometeram a infração como “Soldado”, esse dado é consistente com as informações referentes ao tempo de serviço, onde a maioria dos policiais militares que cometem infrações graves possui menos de 10 anos de serviço. Importante salientar que conforme a Lei de Promoção da PMMT²¹, o interstício da primeira graduação das praças, ou seja, para a promoção à graduação de cabo é o que tem o maior lapso temporal.

Art. 22 O Interstício, previsto no inciso I do Art. 21 desta lei, é o período mínimo que o militar estadual deve permanecer no posto ou graduação, contado a partir de sua última promoção, assim estabelecido:

[...]

II - Praças:

a) de Soldado para cabo: 09 (nove) anos;

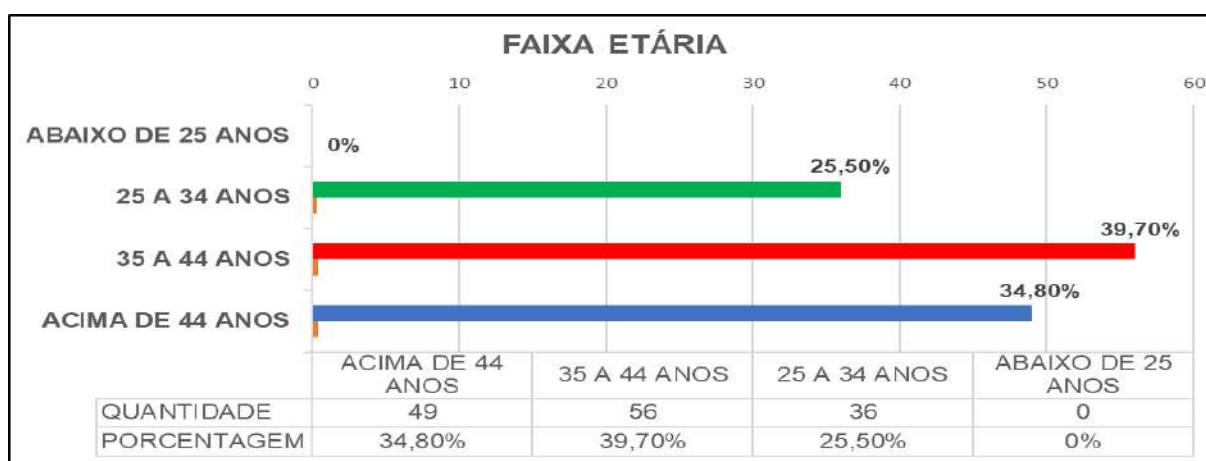
²¹ MATO GROSSO. Lei nº 10.076/14, Lei de Promoção da PMMT. Disponível em: <https://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/4959731/LEI+N%C2%BA+10.076%2C+DE+31+DE+MAR%C3%87O+DE+2014.pdf/2efcf8fb-0c3e-4d03-9cd7-74c5ef0f2e7e?t=1498499419042>. Acessado em: 15/07/2024.

- b) de Cabo para Terceiro-Sargento: 04 (quatro) anos;
- c) de Terceiro-Sargento para Segundo-Sargento: 04 (quatro) anos;
- d) de Segundo-Sargento para Primeiro-Sargento: 03 (três) anos; e
- e) de Primeiro-Sargento para Subtenente: 03 (três) anos.

Isso sugere que os soldados permanecem por um período prolongado nesta graduação, o que pode justificar seu maior número de incidências. Porém, mesmo se juntarmos o tempo das graduações de 3º, 2º e 1º sargentos (lapso temporal de mais de 10 anos), temos metade do número de disciplinados comparados com os soldados submetidos ao Conselho de Disciplina.

Observamos que a distribuição dos militares que respondem a processos demissórios ao longo das diferentes graduações hierárquicas reflete uma combinação de fatores relacionados à experiência, responsabilidades e pressões associadas a cada nível. Logo, a alta incidência entre soldados destaca a necessidade de atenção especial a esta categoria, enquanto o pico observado na graduação de 3º Sargento alerta quanto às pressões das novas responsabilidades adquiridas referentes à graduação, tida como o elo fundamental entre o comando e a tropa, sendo, portanto, de suma importância estratégias de suporte e acompanhamento.

Gráfico 4: Faixa Etária



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Para analisarmos os dados relativos à idade dos policiais militares da PMMT, é fundamental primeiro compreender os limites etários para ingresso na corporação ao longo do tempo. Até 2009²², a idade máxima para ingresso era de 25 anos. Em 2009, houve uma alteração na legislação, elevando esse limite para 30 anos. Com a promulgação do Estatuto dos Militares em 2014, atualmente vigente, os requisitos etários para ingresso foram estabelecidos com um mínimo de 18 anos e um máximo de 35 anos.

Logo, o perfil etário dos policiais militares da PMMT está passando por mudanças significativas. Com o aumento dos limites de idade para ingresso no serviço policial, a corporação tem incorporado profissionais com maior idade já na fase de admissão. Essa ampliação dos requisitos etários reflete uma tendência de diversificação etária dentro da PMMT, resultando em uma força policial com uma faixa etária mais ampla e uma maior experiência de vida desde o início de suas carreiras.

Conforme verificado, temos uma tropa que inicia sua carreira com até 35 anos de idade, assim, teremos soldados (graduação com maior incidência de militares respondendo a CD) com até 44 anos de idade, haja vista que o interstício para promoção à cabo é de 09 (nove) anos.

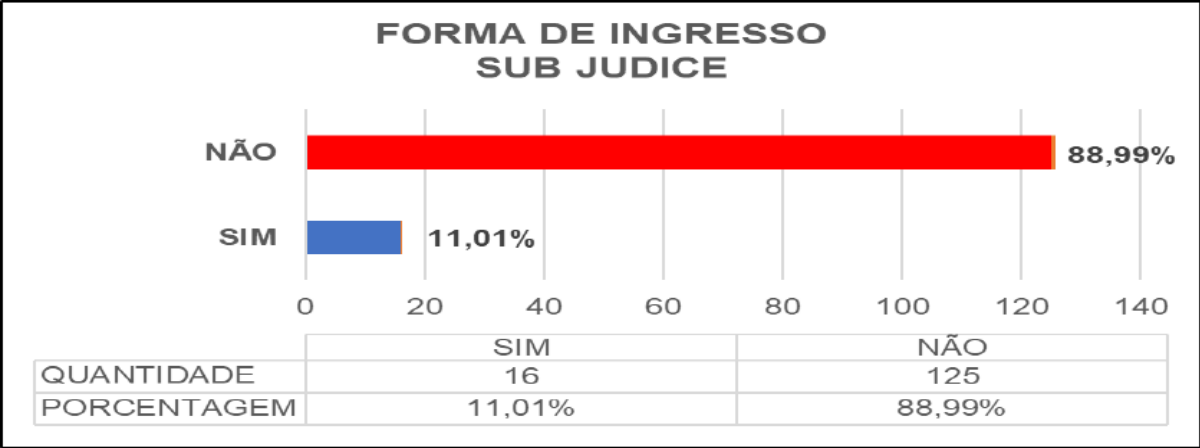
Dessa forma, para melhor análise desses valores devemos aliar tais dados às informações registradas nos gráficos de tempo de serviço e graduação. Verificamos que os valores registrados corroboram com os dados referentes ao tempo de serviço, onde a maior incidência se encontra de 0 a 10 anos, bem como com a graduação, onde a maior incidência ocorre com Soldados, demonstrando uma tendência de importante análise.

Assim, militares nesta faixa etária geralmente estão em fases iniciais ou intermediárias de suas carreiras. Esse período pode envolver adaptações às exigências e normas da vida militar, bem como o desenvolvimento de competências profissionais. A relativa inexperiência pode levar a comportamentos que resultam

²²<https://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/9313fbb38db573eb842576550048fc5e?OpenDocument#LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20366%2C%20DE%2007%20DE>. Acesso em: 14/07/2024.

em CDs devido à falta de familiaridade com as expectativas institucionais além de caráter vulnerável e sugestionável por parte do policial neófito.

Gráfico 5: Forma de ingresso



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A forma de ingresso pode ter implicações diretas na conduta dos policiais. Por exemplo, aqueles que ingressam por terem passado em todas as etapas do concurso podem ter uma maior compreensão das expectativas institucionais, enquanto aqueles que entram por reintegração ou por força da justiça podem ter um histórico que requer atenção especial em termos de supervisão e suporte.

Dos dados coletados, verificamos que mais de 11% dos militares que respondem a CD entraram na Instituição na condição *sub judice*²³, mormente com relação às fases eliminatórias da “avaliação psicológica” e “investigação documental e funcional”, sendo que esse valor é extremamente significativo e alarmante.

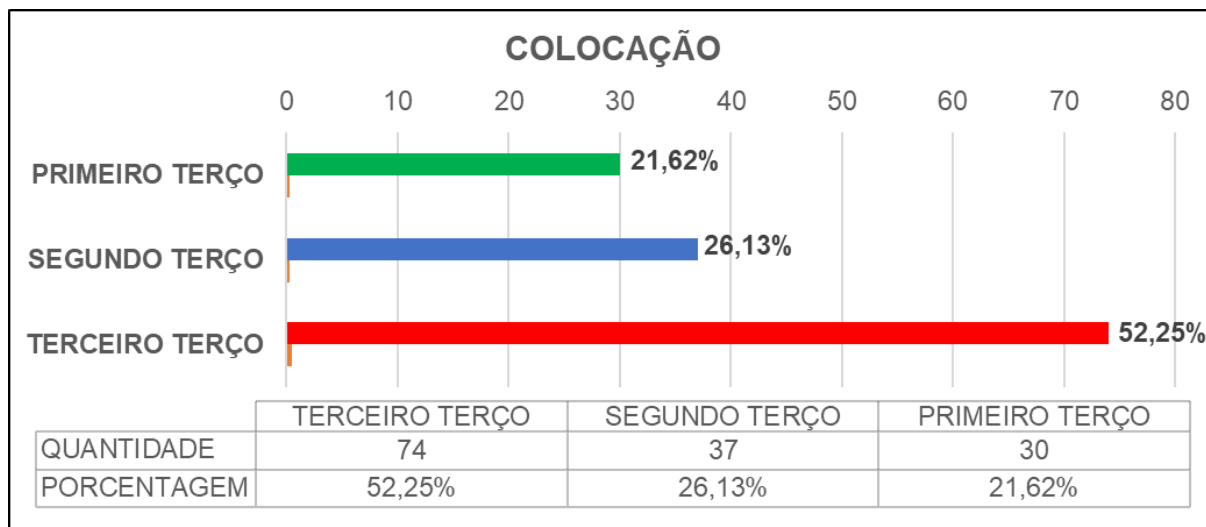
Ao analisar as três maiores turmas de praças da PMMT, observamos que, em média, 3,45% dos convocados estavam *sub judice*. Em 2011, 59 de 1181; em 2014, 10 de 612; e em 2015, 39 de 1340²⁴. Comparativamente, 11% dos militares respondendo ao CD e que estão *sub judice* representam mais detrs vezes essa média.

Assim, essa situação pode indicar a necessidade de revisão das políticas de ingresso, bem como programas de assistência e monitoramento dos militares egressos *sub judice*.

²³Sub judice; em trâmite judicial. Diz-se da causa sobre a qual o juiz ainda não se pronunciou. Glossário do Conselho Nacional do Ministério Público.

²⁴Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, em 24.jun.2024.

Gráfico 6: Desempenho no curso de formação



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

É necessário também compreender o desempenho no curso de formação dos militares submetidos a CD. Os policiais que se destacam no curso de formação tendem a ter uma compreensão mais sólida das normas éticas e das expectativas da corporação. Tal análise sugere que o desempenho acadêmico está correlacionado com a integridade e eficácia no serviço. Assim, verificamos que 52,25% dos militares submetidos a CD estavam classificados no terceiro terço (terço final) da turma, assim, tal distribuição indica que militares com um desempenho acadêmico inferior durante o curso de formação têm uma maior propensão a enfrentar processos demissórios. Frisa-se também que nenhum do nosso universo terminou o curso de formação como zero de turma²⁵.

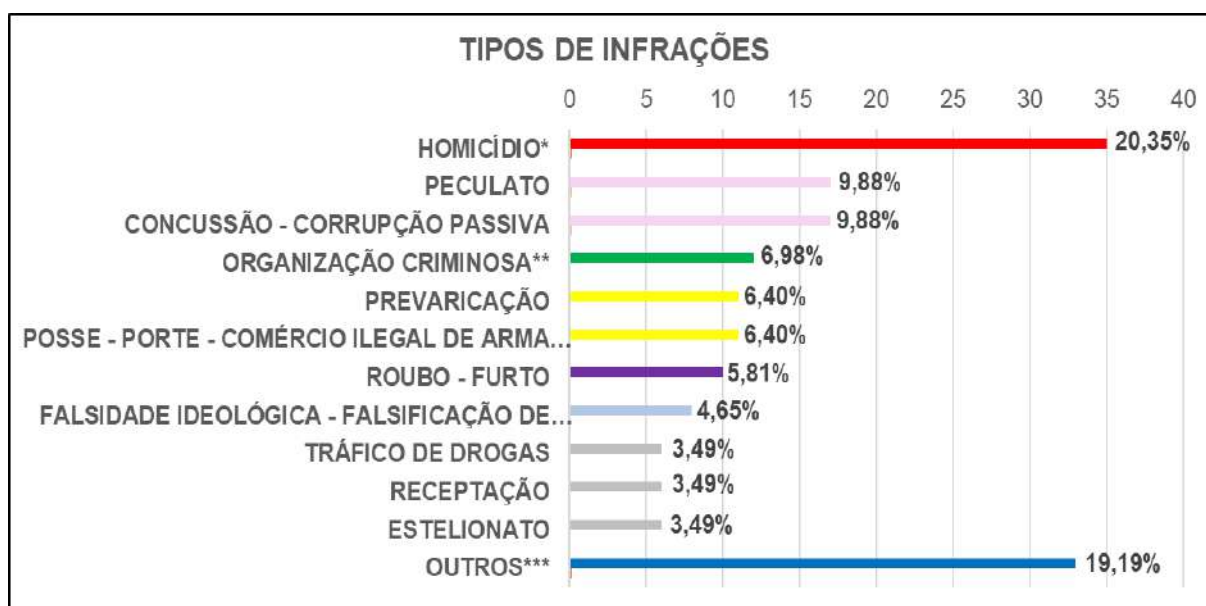
Aponta-se aqui que o 31º Curso de Formação de Soldados (2015) foi o campeão de policiais submetidos em Conselho de Disciplina, com 28 policiais egressos da turma em Conselho entre os anos do presente estudo. Na segunda turma encontra-se o 28º Curso de Formação de Soldados (2011), com 25 policiais. Frisa-se que essas foram as duas maiores turmas de formação de soldados da PMMT e com

²⁵ Gíria militar que se refere ao militar que termina o Curso de Formação entre os 10 primeiros colocados.

polos regionais de formação, sendo o 28º CFSD com 1.181 formados e o 31º CFSD com 1.306 formados.

Turmas grandes podem apresentar diversos desafios institucionais, seleção de candidatos com menor rigor, recursos limitados de instrutores e monitores, suporte psicológico e social insuficiente, qualidade de supervisão reduzida, dentre outros.

Gráfico 7: Tipos de Infrações



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

* Homicídio corresponde também aos valores referentes às tentativas de homicídio.

** Organização Criminosa corresponde também aos valores referentes às milícias.

***Uso de documento falso, Abandono de posto, Extorsão, Tortura, Estupro, Conduta incompatível, Violência doméstica, etc.

Essa talvez seja a variável de estudo mais interessante do ponto de vista estratégico da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, uma vez que é esse fato de desvio de conduta que ensejou a abertura do Conselho de Disciplina e, na maioria das vezes, esse fato não só se materializou de forma isolada como também afetou a imagem institucional da PMMT.

Para iniciar a análise dessa variável vamos tratá-la de forma isolada, daí temos que a maioria dos disciplinados cometeu Homicídio (art. 121 do CP e 205 do CPM) simples ou qualificado, sozinhos ou com co-autores e partícipes, e até mesmo com múltiplos crimes conexos.

Outro fator interessante é que de todos os homicídios cometidos foram no horário de folga do policial militar, tendo apenas um fato em serviço, no qual o policial estando de serviço abandonou seu posto de trabalho e cometeu o homicídio.

Adicionalmente, foi verificado que em somente um homicídio foi utilizado arma branca e cometido anteriormente à inclusão do policial militar nos quadros da PMMT, e em todos os outros homicídios foi utilizado arma de fogo como instrumento do crime.

Além disso, foi possível verificar que a maioria dos militares que respondem por homicídio já havia cometido tal crime em serviço sob excludentes de ilicitude. Dessa forma, o acompanhamento posterior a esse tipo de ocorrência é de extrema importância na vida do policial envolvido.

Já em serviço, a maior incidência de infração temos Concussão/Corrupção Passiva (arts. 305 e 308 do CPM) e Peculato (art. 303 do CPM) como as primeiras do ranking.

Temos também dois casos de violência doméstica (art. 129, §9º do CP), como fator central da abertura de Conselho, porém, dentre todos os policiais que entraram no Conselho, temos doze policiais com fatos anteriores de violência doméstica e até mesmo um único policial com oito casos antes de ser submetido ao CD.

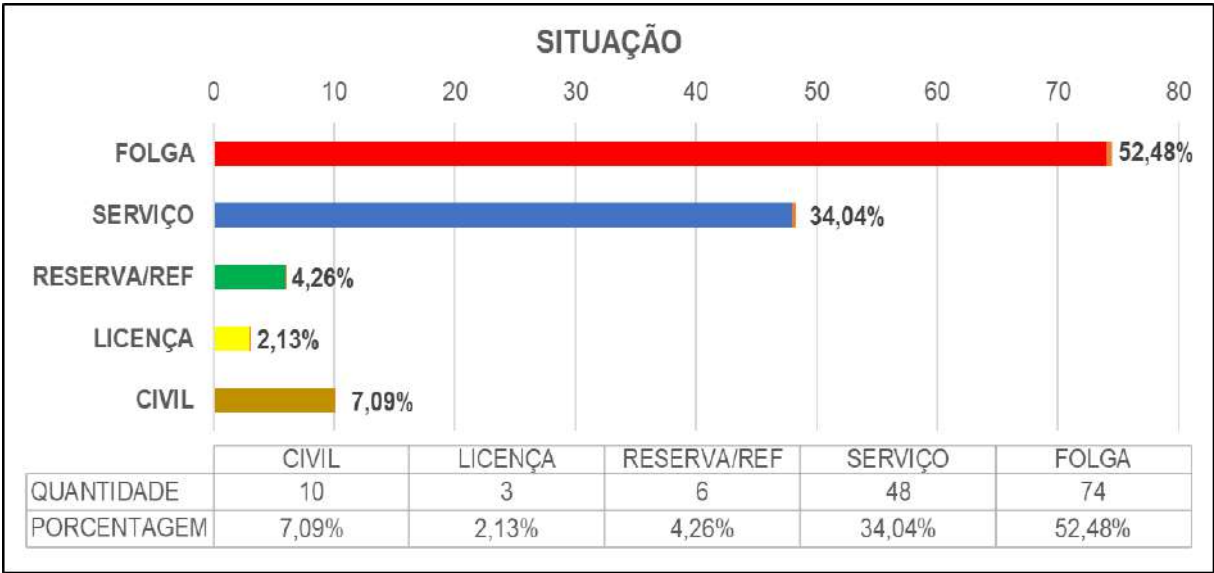
É possível que apenas essa variável seja tema de um próximo estudo tendo em vista a riqueza de informações que podemos obter realizando associações com as demais variáveis, trazemos por exemplo, as organizações criminosas²⁶ e a constituição de milícia privada (art. 288-A do CP), no qual grupos criminosos estavam enraizados dentro da PMMT sem que a Corregedoria conseguisse

²⁶ BRASIL. Lei nº 12.850/13. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acessado em: 14/07/2024.

desarticulá-los, sendo todos esses grupos investigados e presos por órgãos como a Polícia Federal, Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado - GAECO, Gerência de Combate ao Crime Organizado - GCCO da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, e outras Instituições. Demonstrando que a Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso necessita de integração com outras instituições para coibir esses grupos criminosos.

A análise dessa variável deve ser estudada juntamente com outras variáveis para uma compreensão dinâmica.

Gráfico 8: Situação



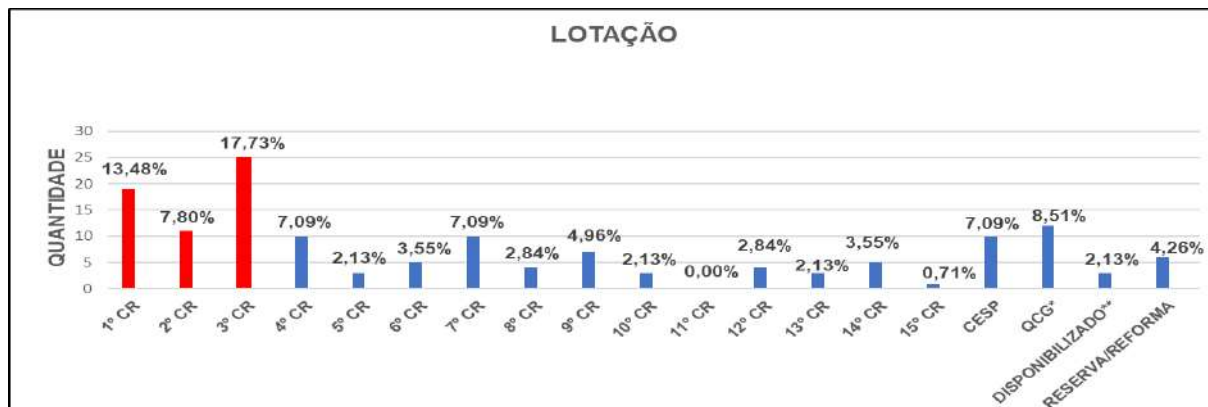
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Observamos que 52,48% estavam em horário de folga quando cometeram a(s) ação(ões) que ensejou(aram) a abertura de CD. Tal informação sugere que o tempo livre pode ser um período crítico em que os militares estão mais suscetíveis a comportamentos que levam a processos demissórios, possivelmente devido à redução da supervisão direta e a um relaxamento das normas disciplinares fora do ambiente de trabalho.

Contudo, cabe grande destaque ao percentual dos militares que estavam de serviço no momento da infração (34,04%). Este dado é extremamente alarmante, indicando que uma proporção considerável das infrações ocorre durante a execução de suas funções. Dessa forma, políticas eficazes para o enfrentamento de crimes

cometidos por militares em serviço devem abranger diversas áreas estratégicas, incluindo prevenção, educação, supervisão e sanções apropriada.

Gráfico 9: Lotação



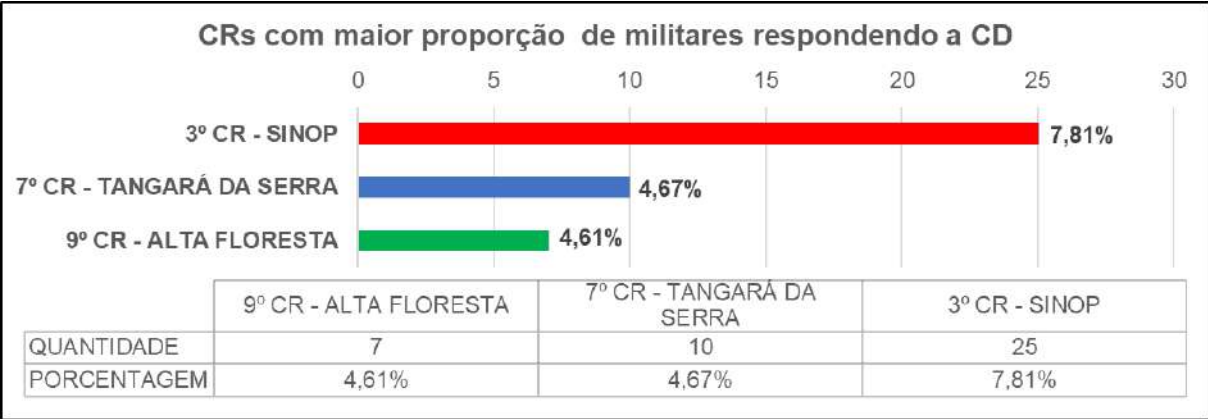
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

* QCG: inclui também o quantitativo de policiais da DEIP.

** Disponibilizado: Efetivo à disposição de outros órgãos do Estado: CIOSP, Força Nacional e SESP.

Dos dados acima temos que o 3º Comando Regional (CR), 1º CR e 2º CR estão entre os comandos regionais com o maior número de militares respondendo a CD, contudo, é crucial analisar esses dados levando em conta o efetivo de cada CR. Somente assim é possível realizar uma análise estatisticamente correta. Isso permite calcular a proporção de militares envolvidos em CD em relação ao total de militares de cada Comando, conforme Gráfico 10 e Gráfico 11:

Gráfico 10: CRs com maior proporção de militares respondendo a CD



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Verificamos que os percentuais de militares que respondem a CD em Alta Floresta (4,61%), Tangará da Serra (4,67%) e Sinop (7,81%) são consideravelmente superiores à média geral de processos instaurados, que é de 2,17% do efetivo da Polícia Militar (PM). Tais dados chegam a ser quase 3 vezes superior à média da PM. Logo, fica evidente que os referidos CRs apresentam desafios que requerem uma análise mais profunda. A discrepância significativa sugere a necessidade de intervenções específicas e direcionadas para abordar as causas subjacentes da alta incidência em processos disciplinares.

Da mesma forma, é importante considerar os Comandos Regionais (CRs) com menores incidências de militares que respondem a processos demissórios (CD). Comparar as taxas de incidência de processos demissórios entre os CRs ajuda a adaptar e melhorar as políticas e práticas de comandos.

Gráfico 11: CRs com menor proporção de militares respondendo a CD



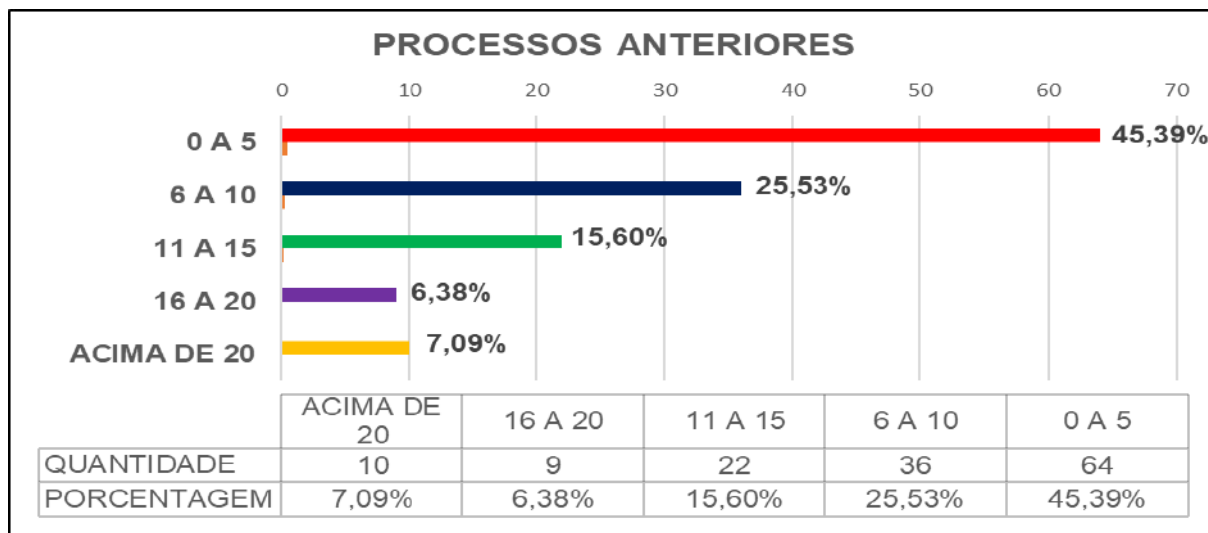
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A baixa incidência pode apontar uma série de fatores positivos, como cultura de disciplina e responsabilidade, treinamento, supervisão rigorosa, recursos adequados, podendo servir de exemplo a outros Comandos Regionais ou mesmo pode apresentar falta de fiscalização ou subnotificação. Outra hipótese é que o efetivo desses CRs se encontre nas faixas etárias, graduações e tempo de serviço de menor incidência.

Para determinar se um percentual menor reflete uma situação positiva ou uma falta de fiscalização/notificação, é essencial examinar a transparência, os processos de denúncia, a supervisão e os mecanismos de controle internos e externos dos Comandos Regionais, bem como o efetivo das unidades.

Quanto à baixa incidência referente aos militares da reserva remunerada/reforma, verificamos que corrobora com a baixa incidência referente a faixa etária e tempo de serviço.

Gráfico 12: Processos anteriores



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Esse gráfico segue a tendência dos anteriores, donde a maioria dos policiais em Conselho são soldado e estão nos primeiros dez anos de serviço policial, assim, respondido a poucos procedimentos disciplinares anteriores. Dentre esses procedimentos disciplinares anteriores temos trinta e um policiais militares de nossa Instituição que já responderam ou estão respondendo a um Conselho de Disciplina

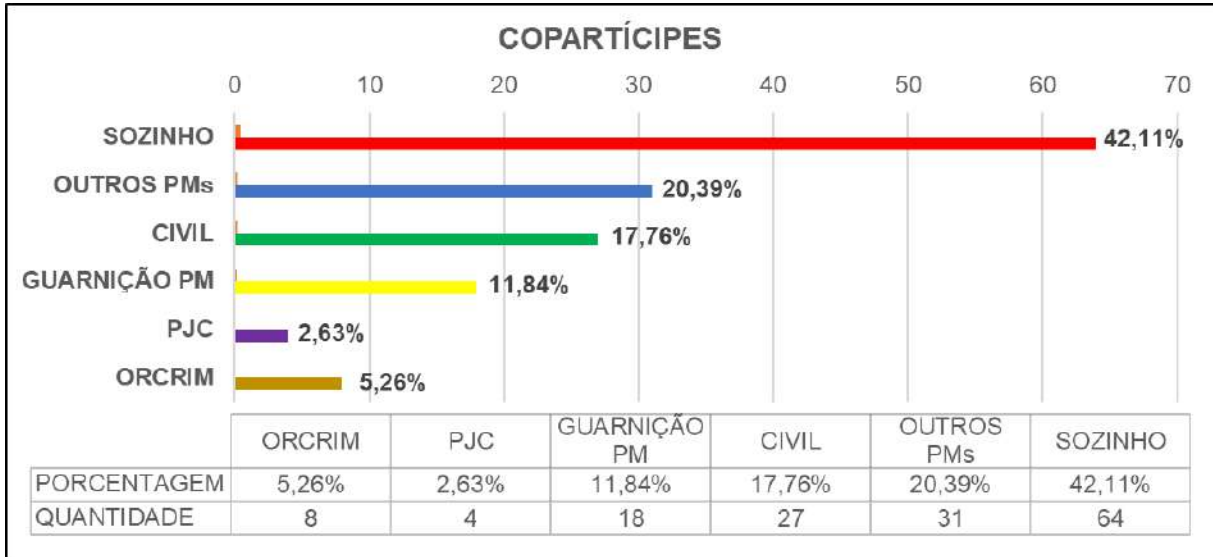
ou Sindicância Demissória. Adicionalmente, há casos de policiais que estão enfrentando o quarto processo disciplinar demissório.

E ainda, preocupante é perceber policiais com mais de vinte procedimentos disciplinares em sua vida pregressa, o que pode apontar uma fiscalização efetiva, porém pode trazer consequências negativas para o policial e demais membros da corporação.

Causando uma sensação de impunidade pelos responsáveis pelo desvio de conduta, perda da confiança da população que não vê uma punição efetiva sendo aplicada, desmotivação de outros policiais que se desencorajam a seguir normas, ou até a potencial “contaminação” destes, reincidência e até mesmo encorajamento para cometimento de desvios mais graves e injustiças com punições desproporcionais.

Para evitar essas consequências, é crucial que os procedimentos administrativos disciplinares sejam conduzidos com rigor, transparência, imparcialidade, sem procrastinação e de acordo com as normas estabelecidas. Contando com uma participação na condução dos procedimentos pela Corregedoria Geral, com treinamento e capacitação, padronização de procedimentos, tecnologia, auditoria, etc.

Gráfico 13: Copartíipes



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Essa última variável é importante pois nos mostra primeiramente que, a corrupção não está enraizada e generalizada na PMMT tendo em vista que a maioria

das condutas são cometidas sem partícipes, sendo condutas isoladas do policial militar na maioria no seu período de folga. E essa variável traz também um dado preocupante que são as organizações criminosas (ORCRIM), que cooptam policiais militares para suas facções, e as milícias que executam variados tipos de crimes com o mais comum no presente estudo, homicídio envolvendo litígios de terras, nesses casos envolvendo outros policiais militares nos crimes.

Houve associações criminosas com policiais civis do estado e não foi encontrado nenhuma ligação de policiais militares com outras polícias, militares federais e bombeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um período caracterizado pela crescente acessibilidade aos recursos tecnológicos, é imperativo ressaltar a importância de gerar dados abrangentes e confiáveis para a vigilância e aprimoramento dos esforços voltados à prevenção e investigação de desvios de conduta na PMMT. Para isso, os comandantes/diretores/gestores precisam dar a devida atenção para que todos os dados referente a vida do policial sejam devidamente produzidos, consolidados e publicados, desde sua inclusão, formação e fatos cotidianos de forma consistente e confiável.

Ao realizar o perfil do disciplinado dos últimos cinco anos há um perfil claro de risco ao desvio de conduta que deve ser dada atenção especial tanto quanto à prevenção de novos desvios quanto à investigação de suas origens.

Consequentemente, após uma avaliação das variáveis consideradas neste artigo, um perfil do policial sujeito ao Conselho Disciplinar foi estabelecido e é descrito a seguir:

- a) Masculino (99,29%);
- b) Concluiu o Curso de Formação no terceiro terço da turma (52,25%);
- c) Conta com menos de 10 anos de serviço policial (57,45%);
- d) Soldado (50,35%);
- e) Tem entre 35 a 44 anos de idade (39,70%);

- f) Lotados nos 1º, 2º e 3ºCRs (39,01%) e, proporcionalmente ao efetivo, nos 3º, 7º e 9º CRs;
- g) Prática homicídio (20,35%);
- h) Prática a infração em seu horário de folga (52,48%);
- i) Ingressaram *sub judice* (11,01%);
- j) Prática infração sozinho (42,11%); e
- k) Respondeu até 5 procedimentos disciplinares anteriores (45,39%).

Mais que traçado o perfil dos disciplinados pode-se aproveitar esse artigo como guia de atenção aos desvios de conduta, de forma preventiva, desde o processo de seleção de novos policiais militares, como vimos, ao analisar as três maiores turmas de praças da PMMT, constatamos que, em média, 3,45% dos convocados estavam *sub judice*. Em contraste, 11% dos militares respondendo ao Conselho de Disciplina (CD) e que estão *sub judice* representam mais de três vezes essa média. De maneira preventiva também é essencial abordar essas questões nos cursos de formação, com uma disciplina de ética na profissão, para se tratar e mostrar aos alunos em formação alguns fatos de desvio de condutas graves e suas consequências, qual trazemos como exemplo a receptação, que no Código Penal tem uma pena mais leve que lesão corporal grave, mas que nossa Instituição entende que o policial militar pelo cargo que ocupa não reúne condições de permanecer no serviço ativo quando comete uma infração desse tipo, os valores sopesados numa condenação administrativa (honra pessoal, o pundonor militar ou decoro da classe), aplicada por seus iguais e por uma decisão criminal comum ou criminal militar (monocrática).

Talvez falte um entendimento mais profundo sobre a realidade da vida militar e como essa nova vida profissional afeta também a vida particular dos policiais. Já foi demonstrado que a atividade correcional é uma parte significativa da vida do policial militar. Conforme analisado, há um número maior de disciplinados nos primeiros dez anos de serviço policial.

Por consequência a prevenção e o controle dos desvios de conduta são fundamentais para assegurar uma polícia militar ética e confiável. Estratégias como processos seletivos rigorosos, formação continuada com ênfase na ética, supervisão

efetiva e sistemas de responsabilização podem contribuir para a redução da incidência de comportamentos inadequados.²⁷

Além disso, o fortalecimento dos órgãos de controle interno e externo é crucial para a identificação e punição dos desvios, garantindo a transparência e a responsabilidade da instituição policial.²⁸

A importância de um órgão correcional robusto no combate às organizações criminosas não pode ser subestimada. A existência de uma corregedoria eficiente e bem estruturada é fundamental para a manutenção da integridade institucional, especialmente em corporações como a Polícia Militar, onde a confiança pública é um ativo essencial. Um órgão correcional desempenha um papel crucial na identificação e punição de desvios de conduta, garantindo que práticas criminosas como corrupção, envolvimento com milícias e outras atividades ilegais sejam rigorosamente investigadas e sancionadas. Além disso, a corregedoria necessita de integração e colaboração com outras instituições de segurança, potencializando esforços conjuntos para dismantelar redes criminosas e prevenir a infiltração dessas organizações na corporação. Portanto, o fortalecimento da corregedoria não apenas promove a disciplina interna, mas também protege a sociedade, assegurando que os responsáveis pela segurança pública ajam de acordo com os mais altos padrões éticos e legais.

Nesse sentido, com vistas ao aperfeiçoamento tanto das atividades preventivas quanto mediativas possíveis, destacamos uma iniciativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública qual em parceria com o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que culminou com o Termo de Cooperação Técnica sobre Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz que proporcionará a capacitação do público interno das Forças para tal mediação.

Em suma, a prevenção e o controle dos desvios de conduta são fundamentais para assegurar uma polícia militar ética e confiável. Estratégias como processos seletivos rigorosos, formação continuada, assistência após ocorrências com

²⁷SKOLNICK, Jerome; FYFE, James. *Above the Law: police and the excessive use of force*. New York: The Free Press, 1993.

²⁸PUNCH, M. *Police corruption: Deviance, accountability and reform in policing*. Cullompton, UK: Willan Publishing, 2009.

vítimas fatais, supervisão efetiva e sistemas de responsabilização podem contribuir para a redução da incidência de comportamentos inadequados, garantindo uma instituição policial mais transparente, responsável e eficiente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BITTNER, E. The functionsofthepolice in modernsociety. Chevy Chase, MD: NationalInstituteof Mental Health, 1970.

COSTA, Arthur T. M. Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

DIAS, Luiz F. O. et al. Manual de normas técnicas para elaboração de trabalhos científicos da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Várzea Grande. APMCV. 2016.

Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LAIDENS GURGEL, R., Teixeira COSTA, D., & Vieira de OLIVEIRA, L. A., 2022. Entre maçãs, cestos e pomares: padrões de desvio de conduta que ensejam a expulsão do policial militar. Revista Científica Da Escola Superior De Polícia Militar, (3), 6-47. Recuperado de <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/37>.

LIMA, A. F.; PIMENTA, D. S. A cultura da impunidade e o perfil do mal policial no Brasil. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 12, n. 3, p. 43-59, 2018.

MATO GROSSO. Lei Complementar nº 555, de 19 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E005567C5/250A3B130089C1CC042572ED0051D0A1/D314360ABFF2A92484257DC100692FB3>. Acesso em: 30/05/2024.

_____. Lei nº 3.800, de 19 de outubro de 1976. Dispõe, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sobre o CONSELHO DE DISCIPLINA e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/5114926/Lei+3.800+-+Conselho+de+Disciplina+na+PMMT.pdf/c5a62c44-b112-4b18-9f4a-7fe42c67d57b?t=1497304920398>. Acesso em: 30.jun.2024.

_____. Lei nº 7227, de 22 de dezembro de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 3.800, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina da polícia militar do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/4959731/Lei+7.227+-+Altera%C3%A7%C3%A3o+a+Lei+3800.pdf/ae0d5363-6d3c-430d-b424-0978f9f1c738?t=1497477497456>. Acesso em: 30.jun.2024.

_____. Decreto nº. 1.329 de 21 de abril de 1978. Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (RDPM/MT). Disponível em:

<https://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/4959735/Decreto++1.329+-+Regulamento+Disciplinar+da+PMMT+e+CBMMT.pdf/5ed40b3f-deb3-45d1-b2e1-e38ddb607e2b?t=1473969008271>. Acesso em: 30.jun.2024.

_____. Lei nº 10.076/14, Lei de Promoção da PMMT. Disponível em: <https://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/4959731/LEI+N%C2%BA+10.076%2C+DE+31+DE+MAR%C3%87O+DE+2014.pdf/2efcf8fb-0c3e-4d03-9cd7-74c5ef0f2e7e?t=1498499419042>. Acessado em: 15/07/2024.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

PUNCH, M. Police corruption: Deviance, accountability and reform in policing. Cullompton, UK: Willan Publishing, 2009.

QUISPE-TORREBLANCA, E. G.; STEWART, N. Causal peereffects in policemisconduct. *NatureHumanBehaviour*, [s.l.], v. 3, no 8, p. 797-807, 2019. ISSN: 23973374, DOI: 10.1038/s41562-019-0612-8.

SILVA, José Vicente; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Criminalidade policial: a dinâmica da relação entre violência e corrupção na polícia militar do Pará. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.31, n. 1, p. 99-117, jan/jun, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: 30/05/2024.

SKOLNICK, Jerome; FYFE, James. *Above the Law: police and the excessive use of force*. New York: The Free Press, 1993.

ESTRESSE OCUPACIONAL NA POLÍCIA MILITAR: IMPACTOS E ESTRATÉGIAS

David Wincley Lins Costa¹

Jéssica Carolina Schutz Ramos²

Taís Aparecida de Campos³

Anderson Przybyszewski Silva⁴

RESUMO

Temos como objetivo principal deste estudo analisar o impacto do estresse ocupacional na saúde mental e física de policiais militares e buscar identificar possíveis estratégias para a sua mitigação. Como pergunta de pesquisa buscamos responder qual é o impacto do estresse ocupacional sobre a saúde mental e física dos policiais. Para a realização adotamos os arcabouços teóricos de Beck (2021) que estuda a saúde mental dos policiais em pauta, e o stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais de Lipp (2010), e entre outros autores que têm como campo de pesquisa este mesmo eixo temático. Trata-se de pesquisa de cunho bibliográfico e abordagem qualitativa. Os resultados encontrados apontaram que a problemática exige uma resposta coordenada que envolva tanto os próprios policiais quanto a administração da polícia, a fim de garantir não apenas a saúde e o bem-estar dos agentes, mas também a eficácia e a eficiência da segurança pública como um todo, adotando esforços sustentados e adaptados às necessidades específicas da força policial e dos indivíduos que a compõem.

Palavras-chave: Polícia Militar, Saúde Mental, Estresse Ocupacional, Mitigação.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the impact of occupational stress on the mental and physical health of military police officers and identify possible strategies for its mitigation. Our research question is to answer the impact of occupational stress on the mental and physical health of police officers. To achieve this, we adopted the theoretical frameworks of Beck (2021), who studies the mental health of police officers, and Lipp (2010), who discusses stress and quality of life: the influence of some personal variables, among other authors who focus on this same thematic area. This is a bibliographical study with a qualitative approach. The results indicate that the problem requires a coordinated response involving both the officers themselves and police administration. This ensures not only the health and well-being of officers but also the effectiveness and efficiency of public safety as a whole, adopting sustained efforts tailored to the specific needs of the police force and its members.

Keywords: *Military Police, Mental Health, Occupational Stress, Mitigation*

¹ Aluno Soldado graduando no Curso Tecnólogo em Segurança Pública da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – 32º CFSD.

² Aluno Soldado graduando no Curso Tecnólogo em Segurança Pública da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – 32º CFSD.

³ Aluna Soldado graduando no Curso Tecnólogo em Segurança Pública da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – 32º CFSD.

⁴ Mestre em Antropologia Social pela UFMT. Professor Orientador.

INTRODUÇÃO

O tema do estresse ocupacional na Polícia Militar é complexo e multifacetado, abrangendo desde os impactos na saúde mental e física dos agentes até as repercussões na eficiência e eficácia do serviço de segurança pública. Este trabalho busca explorar essa temática, entendendo como o estresse ocupacional se manifesta na Polícia Militar e quais estratégias podem ser adotadas para mitigá-lo.

A justificativa para tal estudo se baseia na relevância crescente do bem-estar no local de trabalho e na necessidade de estratégias eficientes para lidar com o estresse em profissões de alto risco, como é o caso da Polícia Militar. O problema central de pesquisa gira em torno de como o estresse ocupacional afeta os policiais militares e que métodos podem ser eficazes na redução de seus impactos.

O objetivo geral é analisar o fenômeno do estresse ocupacional dentro da Polícia Militar e identificar estratégias eficazes para sua gestão. Os objetivos específicos incluem: (1) examinar as causas e manifestações do estresse ocupacional entre policiais militares; (2) avaliar os efeitos do estresse na saúde física e mental dos agentes; e (3) propor métodos de manejo do estresse que possam ser implementados nas forças policiais.

A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica, que inclui a análise de estudos existentes sobre o estresse ocupacional, bem como a avaliação de estratégias de gestão do estresse já aplicadas em outros contextos. Essa abordagem permite uma compreensão do tema, baseada em evidências e experiências já documentadas.

Em conclusão, o estresse ocupacional na Polícia Militar é um desafio significativo que requer uma abordagem holística e contínua. As estratégias para lidar com este problema devem ser multidimensionais, envolvendo tanto ações pontuais quanto mudanças estruturais e culturais nas instituições de segurança pública. Este estudo visa contribuir para um melhor entendimento do tema e para o desenvolvimento de práticas mais eficazes na gestão do estresse ocupacional em contextos de alta pressão, como é o caso da Polícia Militar.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a pesquisa sobre "Estresse Ocupacional na Polícia Militar: Impactos e Estratégias" é a de revisão bibliográfica, que consiste em uma

abordagem qualitativa que envolve a análise e síntese das pesquisas já realizadas sobre o tema. Este método possibilita uma compreensão abrangente dos conhecimentos atuais, identificando lacunas que possam ser exploradas em estudos futuros.

A seleção das fontes foi feita tendo como base artigos e trabalhos publicados em bancos de dados acadêmicos e científicos renomados como PubMed, Scopus, Web of Science, Revista Científica de Segurança Pública Homens do Mato, SciELO e PsycINFO. Estes repositórios são escolhidos por sua vasta coleção de literatura acadêmica e cobertura abrangente de diversas disciplinas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante o Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho de 2016, a OPAS/OMS (Organização Pan-Americana de Saúde), a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a OEA (Organização dos Estados Americanos) organizaram uma conferência na web para explorar o estresse no local de trabalho e seu alívio. Mais de dez por cento dos participantes relataram estar ansiosos e desmotivados no trabalho, além de terem dificuldades para dormir (REVISTA PROTEÇÃO, 2016), portanto, é evidente que a questão das condições de trabalho na América Central já foi levantada anteriormente e merece consideração.

De acordo com Lipp (2013), o estresse é uma “reação psicofisiológica, modificando a homeostase interna e ocorre quando a pessoa se defronta com ocasiões positivas ou negativas”.

Na sociedade contemporânea, isso tem sido vivenciado cada vez mais pelos trabalhadores, principalmente por aqueles que estão em situações de risco, desempenhando suas funções profissionais, o que os tornam mais vulneráveis e propensos ao estresse como os policiais militares, por exemplo. É neste contexto que este trabalho se insere, pois como policiais militares almejamos compreender quais os impactos do estresse ocupacional na saúde mental e física de policiais militares e identificar estratégias para a sua mitigação, visando melhorar a qualidade de vida e a eficiência no serviço de segurança pública.

Para a realização desta pesquisa objetivamos entender o conceito de estresse e do processo do estresse ocupacional a partir de estudos como o de Spector (2010) que

menção a classificação das reações mentais, fisiológicas e comportamentais ao estresse feita por Jex e Beehr (1991 apud Spector, 2012), assim como utilizaremos os estudos de Favassa et. al, 2011 e Cohen, Janicki-Deverts, & Miller, (2007, apud Zankan et. al., 2021) no qual é listada uma série de consequências cognitivas, emocionais e comportamentais ligadas ao estresse.

Outra temática importante que recebeu atenção deste estudo foram os fatores de estresse ocupacional no qual se destacam os levantamentos feitos por Serafim e Carvalho (1998, apud Sadir, Bignotto, & Lipp, 2010) e Gomes & Afonso, (2016, apud Almeida 2021).

Nos estudos de Winter e Alf (2019) e Lipp, Costa & Nunes (2017) o foco foi elencar os fatores mais comuns que determinam o estresse ocupacional, enquanto Poncioni (2004, apud Batista, 2024) e Oliveira & Faiman (2019) buscaram explicitar as diferenças entre os fatores mais presentes nas organizações daqueles mais frequentes nos grupos, reforçando a ideia de que o contexto ao qual o profissional está inserido, que pode ser tanto uma organização como um grupo, é fundamental para entendermos o surgimento do estresse ocupacional.

Por fim buscamos entender, a partir de estudos existentes focados na profissão policial, como as características inerentes às atividades da instituição policial militar contribuem para existência do estresse ocupacional desde seu início, denominado processo de forjamento e treinamento, e acompanha este profissional no dia a dia da atividade fim da polícia militar.

Para isso citamos, entre outros, estudos feitos por Silva em 2004, que aborda a relação do estresse do policial militar do Estado de Mato Grosso com as condições de trabalho deste profissional, assim como os estudos de Anderson Luiz da Silva, em 2011, que elencou as fontes e nível de estresse entre policiais militares do efetivo operacional do Batalhão de Operações Especiais-BOPE e do Efetivo Administrativo do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso-QCGPMMT.

CONCEITOS GERAIS SOBRE O ESTRESSE

Existem diversas conceituações relativas ao estresse, oriundas de diferentes estudiosos. Inicialmente, este termo foi utilizado pelo ramo científico da física que o empregou para descrever uma força ou um conjunto de forças que, aplicadas a um corpo, tendem a desgastá-lo ou deformá-lo. Esta conceituação foi utilizada por Selye o qual, em 1959, concluiu se tratar, o estresse, de um componente intrínseco a toda doença, que causa impacto na produção de modificações estruturais e químicas do organismo as quais podem ser mensuradas.

De acordo com Selye, 1959 (apud Zenkner et al, 2020)

o estresse é o estado que se manifesta através da Síndrome Geral de Adaptação (SGA). (...) A SGA é um conjunto de respostas não específicas a uma lesão e desenvolve-se em três fases: 1) fase de alarme, caracterizada por manifestações agudas; 2) fase de resistência, quando as manifestações agudas desaparecem e; 3) fase de exaustão, quando há a volta das reações da primeira fase e pode haver o colapso do organismo (Selye, 1959, apud Zenkner et al, 2020).

LIPP, 2010, traz a seguinte definição

o Stress é uma condição de desequilíbrio do funcionamento, tanto físico como mental. Em momentos de tensão excessiva, todo o organismo é afetado. Se este equilíbrio é reestabelecido de pronto, não há danos maiores para a pessoa. No entanto, se a condição de desequilíbrio permanecer por tempo excessivo, as doenças começam a surgir e a ansiedade e a depressão se estabelecem (LIPP, 2010, p.1).

No tocante a conceituação de estresse, para o presente trabalho é importante deslindar sobre o termo estresse ocupacional, tratando-se este de um dos vieses do estresse diretamente ligado ao desempenho do labor, assim, segue breve conceituação acerca do estresse ocupacional.

Estresse Ocupacional

A relação do ser humano com o trabalho não se resume à contrapartida salarial, ela envolve relações sociais podendo ser motivo de felicidade e prazer ou, a depender das condições em que esteja envolvido, pode ocasionar, também, sofrimento e desenvolvimento de estresse culminando em doenças físicas e psíquicas.

De acordo com Almeida et al., 2015, o estresse oriundo do trabalho é denominado estresse ocupacional, e resulta de diversas fatores tanto físicos quanto psicossociais, agindo sobre o indivíduo no contexto de seu ambiente profissional.

Segundo Genuíno et al. 2010, apud Prado, 2016

o estresse ocupacional refere-se aos estímulos do ambiente de trabalho que exigem resposta. A caracterização de um fenômeno de estresse depende da percepção do indivíduo em avaliar os eventos como estressores, portanto o cognitivo tem papel importante no processo que ocorre entre os estímulos potencialmente estressores e as respostas do indivíduo a eles. O termo estressor ocupacional designa estímulos que são gerados no trabalho e têm consequências físicas ou psicológicas negativas para um maior número de indivíduos expostos a eles. Consideram-se agentes estressores os fatores extraorganizacionais e organizacionais, individuais e de grupo (Genuíno et al, 2010, apud Prado, 2016).

Impactos do estresse ocupacional no organismo

O estresse relacionado ao trabalho pode aparecer de várias maneiras e, dependendo de como a resposta ao estresse é categorizada, pode ser difícil identificar os primeiros sintomas desse estado psicológico do trabalhador, o qual por sua vez poderá desencadear doenças psíquicas e físicas.

Para suas classificações, Jex e Beehr (1991 apud Spector, 2012), diferenciaram as reações mentais, fisiológicas e comportamentais ao estresse. A Tabela 1 mostra exemplos de desgaste que podem ser enfrentados no trabalho e resultar nas reações acima mencionadas.

Tabela 01: Exemplos das três categorias de desgastes no trabalho

Degaste no trabalho	Exemplos de resultados específicos
Reações psicológicas	Raiva, ansiedade, frustrações e insatisfação no trabalho.
Reações físicas	Sintomas físicos, tontura, dor de cabeça, palpitações, dor de estômago, enfermidades, câncer, doença cardíaca.
Reações comportamentais	Acidente, tabagismo, uso de drogas e rotatividade.

Fonte: (Jex e Beehr, 1991 apud Spector, 2012).

De acordo com Favassa et. al, 2011 e Cohen, Janicki-Deverts, & Miller, (2007, apud Zankan et. al., 2021) as respostas psicológicas ao estresse podem ser categorizadas como cognitivas, emocionais e comportamentais em geral as quais são descritas a seguir.

As consequências cognitivas do estresse excessivo se aplicam a uma variedade de circunstâncias, quais sejam: 1. Déficit de concentração de atenção: a capacidade de atenção do indivíduo aumenta, diminuindo sua capacidade de monitorar cada cenário separadamente; 2. Um menor espaço de memória, o que

prejudica a memória e o reconhecimento, particularmente das preocupações familiares; 3. Diminuição da resposta e da velocidade de pensamento, o que pode levar a um comportamento precipitado; 4. Aumento da taxa de erros: como consequência dos fatores previamente delineados, os julgamentos feitos tornam-se duvidosos ou incorretos; 5. A capacidade de planejamento organizacional e de longo prazo é prejudicada devido à incapacidade de prever com precisão os resultados futuros; e 6. Distúrbios do pensamento e ilusões se manifestam: as emoções do indivíduo tornam-se confusas, e sua mente confunde a realidade com a ficção.

As emocionais estão associadas a circunstâncias tais como: 1. As tensões corporais e psicológicas aumentam: a pessoa perde a capacidade de relaxar o tom muscular e é incapaz de se desligar da ansiedade e das preocupações; 2. As percepções de bem-estar e saúde se extinguem; 3. As mudanças de personalidade começam a se manifestar e as questões existentes pioram; 4. As respostas comportamentais e os impulsos sexuais diminuem, mas as explosões emocionais se intensificam; 5. Os sintomas de depressão e desamparo começam a se manifestar; e 6. Perda da auto-estima: o indivíduo se sente inútil e inepto.

Finalmente, as consequências comportamentais gerais identificadas dizem respeito às seguintes situações: 1. Dificuldades de articulação verbal: a hesitação atual e a gagueira tendem a piorar e podem ocorrer em pessoas que não têm esses problemas; 2. O entusiasmo diminui e o tédio aumenta: os objetivos de vida começam a ser esquecidos; 3. O uso de drogas aumenta: café, cigarros, álcool e até mesmo narcóticos ilegais são abusados com mais frequência; 4. Os níveis de energia caem; 5. Insônia ou problemas para dormir por mais de quatro horas; 6. Sinais de cinismo se tornam cada vez mais evidentes com colegas de trabalho: o indivíduo tem tendência a colocar a culpa ou a responsabilidade sobre os outros; 7. Resistência a assimilar novos conhecimentos ou mesmo novas regras; e 8. Estranhos padrões de comportamento são detectados, incluindo desvios de padrões e até mesmo o surgimento de intenções suicidas.

É essencial observar que todos os padrões acima variam de pessoa para pessoa e que poucas pessoas os exibem simultaneamente.

Os fatores de estresse ocupacional

De acordo com autores com Serafim e Carvalho (1998, apud Sadir, Bignotto, & Lipp, 2010), os efeitos do estresse dependem do contexto. Pois, o estresse é um fator motivador no trabalho, e embora suas consequências positivas, como a melhoria da produtividade e da criatividade, sejam desejadas, suas repercussões negativas são prejudiciais tanto para a mente quanto para o corpo.

Spector (2012) identifica alguns dos colaboradores mais prevaletentes para o surgimento do estresse, quais sejam: 1. A ambiguidade de papéis: devido ao aumento da demanda por atividades que exigem que uma única pessoa empreenda várias atividades de várias tarefas. Os papéis adicionais estão ligados às responsabilidades familiares, porque surgem quando um funcionário precisa resolver problemas familiares, resultando em um conflito de papéis e 2. Carga de trabalho, da qual existem dois tipos: quantitativa, relacionada à quantidade de trabalho a ser realizada, e qualitativa relacionada à complexidade do serviço.

Destarte, percebemos que são diversos os fatores estressores no âmbito laboral, e conforme mencionado abrangem as condições precárias de organização e infraestrutura, escassez de recursos, desvalorização do empregado e baixa remuneração até desalinhamento entre as tarefas prescritas e as realizadas.

Os elementos estressores estão relacionados a aspectos intrínsecos a cada profissão, sua rotina e ambiente de trabalho. Ademais, o estresse está relacionado, ainda, a qualidade das relações interpessoais e os processos internos entre este indivíduo e os demais atores de seu ambiente de trabalho, como seus superiores hierárquicos e outros colegas de trabalho. Nesta ótica, a categoria profissional dos policiais, estão expostos, além dos já mencionados, a outros elementos estressores intrínsecos à sua profissão (Gomes & Afonso, 2016, apud Almeida 2021).

Estes fatores estressores próprios dessa categoria profissional e seus impactos na qualidade de vida dos seus agentes serão tratados no tópico a seguir.

IMPACTOS DO ESTRESSE NA ROTINA DA POLÍCIA MILITAR

O estresse ocupacional é atualmente reconhecido como um fator crítico que influencia o comportamento e o desempenho funcional dos agentes de segurança pública. A profissão do policial militar é marcada por uma demanda institucional

intensa, coloca seus profissionais em cenários de elevado risco ocupacional, frequentemente ameaçando sua integridade física e a de terceiros.

No Brasil, de acordo com Souza e Minayo (2005, apud Oliveira & Faiman, 2019), dentre os agentes de segurança pública, abarcada por policiais militares, policiais civis e guardas municipais, a categoria que mais sofre agressões e apresentam maiores taxas de mortalidade e morbidade é a dos policiais militares.

Segundo Beck (2021),

os policiais, de maneira geral, costumam apresentar perfil profissiográfico para o exercício da função e também se capacitam durante a formação, porém não elimina o adoecimento pela constante exposição à violência, aos confrontos armados e o temor da morte (Beck, 2021)⁵.

Essa atividade é caracterizada pelo seu alto grau de risco, dado o constante enfrentamento de situações violentas. Conforme apontado por Lipp, Costa & Nunes (2017), a carreira militar está entre as mais afetadas pelo estresse, marcada por uma tensão constante e riscos à vida iminentes.

Os desafios diários desses profissionais demandam um controle emocional rigoroso e tomadas de decisão rápidas e precisas. A legislação, que exige a adesão a manuais de instrução, ressalta que o estresse pode ter impactos severos na saúde física e mental do policial militar.

É notório que os indivíduos reagem de maneira diversa a essas pressões, influenciados pelas estruturas de suas personalidades. Winter e Alf (2019) observam que a Polícia Militar, focada na manutenção da ordem pública e na execução de ações ostensivas, enfrenta desafios ao tentar mitigar ameaças à segurança pública, incluindo a proteção patrimonial.

Esses profissionais, muitas vezes, precisam agir de forma autônoma, enfrentando a crescente violência urbana. Lipp, Costa & Nunes (2017) elucidam que o primeiro impacto desse sistema é no físico do policial, sujeito às dificuldades inerentes à atividade laboral.

Atualmente, a profissão policial gera debates em vários setores da sociedade, especialmente em relação à inversão da formalidade em situações de crise, levando a questionamentos sobre a conduta desses profissionais, oscilando entre

⁵Disponível em: <https://crpsc.org.br/noticias/saude-mental-dos-policiais-em-pauta>. Acesso em: 03 fev. 2024.

serem vistos como heróis ou vilões. Marinho et al (2018) indicam que o trabalho policial está sob pressão tanto organizacional quanto social.

Outrossim, a qualidade de vida dos policiais é comprometida pela intensa tensão emocional do ambiente de trabalho, muitas vezes levando ao sofrimento e incapacidade de restaurar o equilíbrio interno, o que pode contribuir para o desenvolvimento de patologias, como mencionado por Zimmer (2014).

Profissionais da segurança pública, como policiais militares, frequentemente operam em um estado de alerta devido ao estresse, transferindo essa carga para o ambiente de trabalho. Essa transferência pode resultar em uma visão distorcida de que o trabalho é um local para extravasar problemas, levando a um estado crônico de estresse, eventualmente, ao Burnout, depressão, ansiedade e ideação suicida.

As condições precárias de trabalho dos policiais militares, incluindo equipamentos inadequados, restrições orçamentárias, salários desproporcionais e falta de capacitação, contribuem para um ambiente laboral desfavorável, afetando tanto a eficiência do trabalho quanto a saúde dos profissionais, segundo Winter e Alf (2019).

Apesar dessas adversidades, a carreira na polícia militar continua sendo altamente disputada. Muitos profissionais se deparam com desafios como escalas de trabalho extenuantes e incompatíveis com suas expectativas, o que pode levar à insatisfação profissional. Conforme Lipp, Costa & Nunes (2017), a discrepância entre as expectativas e a realidade do trabalho pode gerar sofrimento significativo nos profissionais.

Zimmer (2014) argumenta que a alienação no trabalho e a falta de identificação com a função desempenhada podem contribuir para o adoecimento dos profissionais. Portanto, é crucial que as organizações e o poder governamental adotem medidas para a promoção e manutenção da saúde mental e física desses trabalhadores, visando não apenas a sua eficiência profissional, mas também seu bem-estar geral.

Panorama do cotidiano dos policiais militares

A Polícia Militar, incumbida de aderir a normativas e legislações específicas de sua corporação, desempenha um papel fundamental na preservação da ordem e segurança pública.

Essa função demanda uma gama de habilidades intelectuais, psicológicas e físicas para efetivar a proteção social. Conforme delineado pelos artigos 20 e 21 da Lei Complementar Nº 555, de 29 de dezembro de 2014, que trata do Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso, essa corporação é responsável pela execução da polícia ostensiva, salvaguarda da ordem pública, proteção da incolumidade pessoal e patrimonial, além de garantir o funcionamento regular dos Poderes constituídos, como bem se lê:

Lei Complementar Nº 555, de 29 de dezembro de 2014

(...)

art. 20 A cada cargo militar corresponde um conjunto de direitos, atribuições, deveres e responsabilidades.

art. 21 Os cargos de oficial da Polícia Militar são dotados de autoridade de Polícia Ostensiva e organizados em carreira de nível superior, essenciais à justiça e à defesa da ordem jurídica, sendo-lhes assegurada independência funcional pela livre convicção nos atos de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

§ 1º Os oficiais da Polícia Militar têm como competência a gestão das atividades administrativa e finalística da instituição, para o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, sendo autoridade de Polícia Judiciária Militar e de Polícia Ostensiva, além de outras atribuições dispostas em lei.

§ 2º Aos oficiais da Polícia Militar compete ainda o exercício da atividade jurisdicional, nos órgãos da Justiça Militar Estadual. (Mato Grosso, 2014).

O processo de formação desses policiais visa moldar competências específicas para o trabalho de campo, abarcando diversas etapas de integração institucional e imersão em uma cultura profissional. Este processo, objetiva construir a identidade do policial, destacando que mudanças na cultura institucional podem levar a desafios no ambiente externo.

O compromisso com a corporação implica na não omissão de funções em situações exigentes, conforme Winter e Alf (2019), destacando a necessidade de estar permanentemente preparado para atuar em prol da sociedade. A polícia ostensiva atua preventivamente contra ameaças à ordem social, e a escassez de recursos e ferramentas adequadas pode impactar na eficiência desse trabalho e no atendimento ao público.

De acordo com Lipp, Costa & Nunes (2017) e Oliveira & Faiman (2019) a carreira policial, marcada por um compromisso ético com a sociedade, implica dedicação contínua, tanto em serviço quanto fora dele, ressalta que o comprometimento profissional

envolve uma identificação psicológica com a profissão. Contudo, a Síndrome de Burnout é frequentemente identificada entre os trabalhadores da segurança pública, resultante de estressores como escalas de trabalho intensas, recursos limitados, salários baixos, falta de reconhecimento, imprevisibilidade de turno, condições laborais desafiadoras e exposição a perigos.

A percepção da eficácia da atividade policial, por vezes considerada "deficiente" por alguns membros da corporação, reflete uma dicotomia entre o agir e a execução das funções. Essa discrepância pode contribuir para o aumento da insegurança pública e uma percepção negativa dos profissionais da área.

De acordo com Poncioni (2004, apud Batista, 2024), a profissão policial é exercida por um grupo social distinto que compartilha um senso de identidade e pertencimento, fundamentado em ideias, valores e crenças unificados sobre a natureza do ser policial. A polícia é percebida como uma profissão distinta, devido ao conhecimento especializado gerado por este grupo sobre as práticas policiais, as responsabilidades atribuídas pelo Estado para a aplicação da lei e a manutenção da ordem pública, bem como as estratégias empregadas para estabelecer e validar seu trabalho como uma profissão legítima.

A rigidez na hierarquia e na disciplina dentro da corporação reflete uma adesão estrita aos deveres policiais militares, mesmo diante das demandas éticas impostas pela sociedade. Este cenário também contribui para o aumento do estresse, devido às pressões internas, levando a questões sobre os limites do que é exigido desses policiais. Paulinho e Lourinho (2014) destacam que a Polícia Militar opera como uma instituição administrativa a serviço do Estado, visando a segurança pública.

Essa profissão é frequentemente mal interpretada pela sociedade, marcada por exigências sociais e uma história de funções desafiadoras. A sobrecarga de trabalho e os horários de serviço, muitas vezes incompatíveis com o relógio biológico, levam a uma anulação dos desejos pessoais dos policiais, segundo bem apontado por Oliveira e Faiman (2019):

Trata-se de uma profissão que tem visibilidade na sociedade e é constantemente julgada por ela, já que a polícia tem o dever de proteger o cidadão e trabalha nas ruas, em contato direto com a população. Diversas opiniões são formadas, às vezes positivas, vendo-se o profissional como uma figura de autoridade e respeito, às

vezes negativas, quando ele é associado à Ditadura Militar e ao poder abusivo. (Oliveira & Faiman, 2019).

Estes estudiosos concluíram que as vidas dos policiais militares são afetadas, mesmo que sensivelmente pela sua função visto que esta o submete ao contato direto com a violência e os riscos de morte e da rigidez no seguimento das normas. Um importante fator que afeta sua relação com a profissão é tanto a expectativa de ser reconhecido e respeitado como autoridade, quanto pelo desprestígio e críticas emanadas pela opinião pública.

Oliveira & Faiman(2019) destacaram por fim o impacto negativo na vida e relacionamentos interpessoais, seja familiar e amigos, dos policiais militares originado pela vivência do medo, que o acompanha inclusive o horário de expediente e a necessidade de constante estado de alerta.

BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ESTRESSE OCUPACIONAL.

Fornecer aos profissionais de segurança a oportunidade de acompanhamento psicológico é um meio de promover uma melhora significativa em sua qualidade de vida. A inserção do psicólogo no contexto militar, segundo Poncioni (2004, apud Batista, 2024), reflete a necessidade de atenção à saúde mental neste ambiente. Essa abordagem busca maneiras de implementar cuidados de saúde abrangentes, incluindo a prevenção primária e assistência, conforme discutido por Lacaz (2006, apud Gomez, 2011).

A preocupação com a saúde mental desses profissionais é essencial, especialmente considerando a forte imagem de "fortaleza" que muitas vezes mascara vulnerabilidades psicológicas. As práticas voltadas para a promoção da saúde devem ser direcionadas para a compreensão das necessidades específicas desses trabalhadores, levando em conta a natureza atenta e exigente de sua profissão. Lacaz (2006, apud Gomez, 2011) ressaltam a importância de grupos de discussão que permitam aos policiais refletir sobre as condições de trabalho que contribuem para o adoecimento.

No entanto, a polícia ostensiva desempenha um papel fundamental na segurança pública, situada em um contexto social complexo. Lacaz (2006, apud Gomez,

2011) enfatiza que a saúde do trabalhador deve considerar aspectos humanos, como a capacidade de proteção contra riscos à saúde que vão além de acidentes e doenças ocupacionais.

Observa-se uma lacuna no entendimento desses policiais sobre a percepção de saúde, necessitando-se trabalhar em ações que promovam a compreensão de seu papel social e minimizem os impactos do estresse. Santos e Lacaz (2012) sugerem que o apoio matricial pode contribuir para mudar a perspectiva dos profissionais de saúde da família, promovendo uma reorganização na assistência a estes profissionais.

A participação social na promoção da saúde é essencial para que os policiais assumam responsabilidades por suas ações, promovendo mudanças de hábitos e melhorias na saúde. Foucault (1984) discute a importância de "melhorar os homens", educando-os de acordo com seu "eu autêntico", o que implica que os policiais militares se tornem agentes mais ativos e reflexivos em relação ao estresse.

Por fim, a cultura e o poder exercem grande influência sobre os policiais militares, muitas vezes mais focados no controle e poder exercido sobre eles do que na mudança de hábitos. Foucault (1984) também aborda a resistência e a luta para garantir a dominação dos desejos e prazeres relacionados à profissão, evidenciando a necessidade de desenvolver novos hábitos para mudanças significativas.

A atividade física como alternativa para a prevenção e tratamento do estresse ocupacional

A prática de atividade física, reconhecida como um meio eficaz de contrabalançar os efeitos adversos da rotina laboral, desempenha um papel vital na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Há uma correlação positiva entre um estilo de vida ativo e uma melhor qualidade de vida, distinguindo-se notavelmente entre indivíduos que se dedicam ao exercício físico e aqueles que não o fazem.

O exercício físico, além de ser uma fonte de lazer, atua como um antídoto contra os efeitos prejudiciais do estresse ocupacional, especialmente na vida dos policiais militares. Muitos recorrem ao exercício como um meio de aliviar sentimentos negativos, como ansiedade, irritabilidade, depressão e estresse, não se limitando apenas ao aprimoramento da condição física.

A conceituação de atividade física na atividade policial é apresentada por Barboza, (2002, apud Silva, 2011) como “a preparação organizada da condição física total do Policial Militar, por meio de atividades físicas regulares e controladas pedagogicamente”.

Para os profissionais militares, a prática de atividade física é essencial não apenas para a redução do estresse, mas também como parte integrante de um estilo de vida saudável, adquirido através da adoção de hábitos benéficos como o esporte. Além de beneficiar a saúde física, a atividade física regular aprimora as capacidades físicas e mentais, contribuindo para uma vida mais equilibrada e satisfatória.

A atividade física é compreendida atualmente como qualquer movimento corporal que resulte em gasto energético, incorporando elementos biopsicossociais, culturais e comportamentais. Exemplos dessa diversidade incluem jogos, danças, esportes e exercícios físicos, bem como atividades laborais e de deslocamento, conforme Pitanga (2002, apud Portes, 2014).

Essas atividades, adaptáveis ao cotidiano e abrangendo uma variedade de exercícios, jogos e esportes, não apenas controlam os níveis de estresse, mas também influenciam positivamente a aptidão funcional do indivíduo, permitindo o desempenho eficaz das demandas diárias.

A rotina regular de exercícios contribui para a mitigação do estresse ao reduzir os níveis de ansiedade e depressão, melhorando o estado de humor, a sensação de bem-estar e a auto-estima. Exercícios aeróbicos como corrida, caminhada e natação, quando praticados continuamente por cerca de 30 minutos, estimulam a produção de beta-endorfina no corpo.

Proporcionando uma sensação de conforto, prazer, alegria e bem-estar. Além disso, essas práticas são eficazes no combate à depressão e à ansiedade, problemas crescentes na saúde mental contemporânea.

Nahas (2010) destaca, com base em evidências, que exercícios físicos leves a moderados podem ser eficazes para aumentar o relaxamento corporal. Uma caminhada breve, de apenas 15 minutos, elevando a frequência cardíaca para 100 a 120 batimentos por minuto, pode funcionar como um tranquilizante natural para o organismo.

A prática regular de correr ou caminhar, além de proporcionar um escape temporário das preocupações e ansiedades diárias, desencadeia uma série de benefícios psicofisiológicos.

Isso ocorre devido à liberação de hormônios específicos pelo organismo, como a adrenalina, que atua na redução do estresse, e o cortisol, com efeito anti-inflamatório. Outros hormônios, como o glucagon, que aumenta a glicose no fígado, o GH (hormônio do crescimento), promovendo bem-estar, e a endorfina, que gera sensação de prazer e melhora a qualidade do sono, também são liberados durante a atividade física, reforçando o valor dos exercícios para o bem-estar físico e mental.

Esses achados sugerem que a atividade física pode ser um instrumento valioso para melhorar a qualidade de vida dos policiais, fortalecendo suas capacidades funcionais. A prevenção do estresse é primordial, e atividades físicas prazerosas, como futebol, ciclismo, caminhadas ao ar livre e natação, são altamente recomendadas. O essencial é que a atividade escolhida seja praticada regularmente e contribua para o condicionamento físico, auxiliando na diminuição do estresse.

A atividade física como meio de combater o estresse aplicada ao Exército e Polícia Militar Brasileira.

É pacífico o entendimento da importância e do impacto positivo da atividade física regular sobre a qualidade de vida do ser humano, proporcionando diversos benefícios à saúde mental e física prevenindo e tratando doenças.

Conforme o Ministério da Saúde, (Brasil, 2023)

a atividade física regular e os exercícios de relaxamento devem ser rotineiros, para aliviar o estresse e controlar os sintomas da doença. Após diagnóstico médico, é fortemente recomendado que a pessoa tire férias e desenvolva atividades de lazer com pessoas próximas - amigos, familiares, cônjuges, etc.

Neste contexto Silva, 2011 concluiu em seu estudo:

a prática diária de atividade física está associada a uma redução da reatividade cardiovascular em relação ao estresse mental. Isto é, os estímulos estressantes do dia-a-dia possuem um impacto negativo menor sobre a saúde de indivíduos fisicamente ativos. (Silva, A. 2011).

De acordo com o autor, a atividade proporciona benefícios tanto fisiológicos, quanto psicossociais e recomenda que a atividade física como forma de promover saúde deva ser realizada em grau leve ou moderado por pelo menos 30

minutos por dia, se possível todos os dias da semana, de forma contínua ou acumulada.

A atividade física tem desempenhado um papel primordial ao longo dos séculos, tanto para exércitos globais quanto para a sociedade em geral. Silva (2011) destaca que a Educação Física era responsável por preparar cavaleiros nas artes da equitação, caça e outras habilidades relevantes para torneios e guerras. Atividades coletivas populares, como esportes, também se desenvolveram significativamente, especialmente na Inglaterra, com celebrações homenageando diversos aspectos da vida comunitária.

Com relação ao desenvolvimento da atividade física no Exército Brasileiro temos que ela fora implantada em 1922 com a Escola de Sargentos de Infantaria. Posteriormente, em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas, a escola foi renomeada para Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx). A primeira turma de instrutores de Educação Física no Brasil formou-se em 1929, após um período de fechamento da EsEFEx, sob a presidência de Washington Luiz.

A primeira fase da EsEFEx focou em revigorar ideais de força, utilizando a atividade física para encorajar a mobilização civil, culminando na criação da Colônia de Férias em 1936 e na Escola Nacional de Educação Física e Desportos em 1939. Esta última contribuiu significativamente para a integração da Medicina no esporte brasileiro. A segunda fase da escola, marcada por grandes conflitos internacionais entre 1942 e 1967, concentrou-se em preparar soldados, promovendo o esporte e a pesquisa na área.

Já no âmbito do Estado de Mato Grosso, Medeiros e Lino (2019), constataram que, apesar da Secretaria de Segurança Pública através de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, adquirir, no ano de 2013, seis academias de musculação e ginástica, objetivando promover a melhora da qualidade de vida, redução do estresse ocupacional e valorização do profissional de segurança pública das quatro forças (PM, CBM, PJC E POLITEC) ainda há alguns obstáculos a serem superados no sentido de sensibilizar seus agentes quanto a importância da atividade física:

As barreiras para a prática de atividades físicas percebidas como maior evidência são as de cunho pessoal, que são influenciadas, entre outros motivos, pela falta de tempo, em

função da jornada de trabalho extensa e dos compromissos familiares. No entanto, podem ser também influenciadas pela falta de uma política de promoção da prática de atividades físicas, esportivas e de lazer na Polícia Militar de Mato Grosso, bem evidenciada com a falta de oficiais com formação acadêmica em Educação Física e a falta de ativação e estruturação dos setores de educação física das UPMs. (Medeiros & Lino, 2019).

Destarte, podemos concluir que é primordial a realização de investimentos e o desenvolvimento de políticas e programas voltados para a ação de promoção de sensibilização quanto a importância da atividade física para a saúde física e mental dos agentes de segurança pública, seja através de medidas preventivas como através de instalação de novas estruturas físicas e mão de obra especializada como profissionais de educação física.

A atividade física como meio de combater o estresse em Policiais Militares do Mato Grosso.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), WHO, 2022, cerca de 90% da população mundial enfrenta desafios decorrentes do estresse. Essa situação sugere que muitos já se encontram em estágios de resistência, quase-exaustão ou exaustão. Não é surpreendente que a profissão de Policial Militar esteja frequentemente classificada entre as mais estressantes do mundo. Os policiais, embora façam parte da sociedade e sejam cidadãos como os demais, enfrentam um alto índice de estresse, conforme indicado pela OMS.

As pesquisas acerca dos níveis de estresse abrangendo o universo específico da polícia militar do estado de Mato Grosso são escassas e as poucas publicações ocorreram há dez ou vinte anos, como é o caso de um estudo realizado por Silva em 2004 na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso buscou avaliar as condições de trabalho desses policiais em relação ao estresse. A pesquisa, que aplicou questionários a aproximadamente 200 policiais de três batalhões distintos na capital, revelou a presença de estresse significativo entre os participantes. Os principais fatores estressores identificados incluíam a percepção de um efetivo insuficiente para atender às demandas, relações tensas com superiores hierárquicos, alimentação de

baixa qualidade e insuficiência de viaturas policiais para o atendimento de ocorrências.

Silva enfatizou que a qualidade dos serviços prestados à sociedade pelos policiais militares está diretamente relacionada à qualidade de vida desses profissionais. A pesquisadora defendeu que não é possível oferecer um atendimento de qualidade ao cidadão sem antes atender às necessidades do efetivo da corporação. Ela argumentou que o combate ao estresse é essencial, pois o trabalho policial exige indivíduos saudáveis, tecnicamente preparados e emocionalmente equilibrados.

Silva recomendou a criação de ambientes de lazer e esporte, além de academias para os policiais militares, visando a prevenção e o combate ao estresse.

Ela concluiu que as condições adversas no ambiente de trabalho, como alojamentos precários, alimentação inadequada, falta de perspectivas de carreira e um ambiente hostil, contribuem significativamente para o estresse diário desses profissionais, afetando negativamente seu desempenho e bem-estar.

Outro estudo, de autoria de Anderson Luiz da Silva, em 2011, objetivou realizar um levantamento das fontes e nível de estresse de 30 policiais militares do efetivo operacional do Batalhão de Operações Especiais-BOPE e 30 do Efetivo Administrativo do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso-QCGPMMT.

Silva, 2011, constatou que os principais fatores estressores apontados pelos policiais militares entrevistados foram: Ter pouco tempo para si mesmo e dificuldades financeiras; Sentimento de insegurança quanto questões financeiras; Ter sobrecarga de trabalho ou estudo; Brigas constantes com o(a) parceiro(a); Sentir-se mal quando a vida não anda conforme suas próprias exigências; Ter compromisso com o(a) parceiro(a) ou namorado(a). Lidar com as exigências do trabalho e ao mesmo tempo com estudo; A falta de motivação para a vida social e quanto a ter que tomar decisões sozinho.

A pesquisa realizada pela Gerência de Aplicação Desenvolvimento Saúde e Segurança da Secretaria de Estado e Segurança Pública de Mato Grosso (SESP/MT), em colaboração com o Instituto de Psicologia e Controle do Stress (IPCS), em 2011, evidenciou aspectos cruciais do estresse em policiais militares. Através de avaliações pós-palestras

sobre estresse e qualidade de vida, 149 policiais de diversos batalhões foram submetidos a uma análise detalhada de seu nível de estresse e qualidade de vida.

Os resultados mostraram que uma proporção significativa desses policiais apresentava sinais de estresse, com a maioria na fase de resistência, indicando um esforço para lidar com tensões ocupacionais. A pesquisa destacou que a persistência de fatores estressores sem técnicas adequadas de manejo pode agravar os sintomas, levando à quase exaustão ou exaustão.

A pesquisa também mapeou as principais fontes de estresse ocupacional, incluindo desconhecimento insuficiente, trauma de ver colegas mortos em serviço, interrupções em dias de folga, mudanças inesperadas de escala, equipamentos de trabalho inadequados, falta de preparo para missões, ineficiência do sistema judiciário e confrontos com multidões agressivas. Em 2012, a SESP continuou a pesquisa, aplicando novamente palestras e avaliações. Desta vez, 246 policiais foram avaliados, com cerca de 41% apresentando estresse, uma leve redução em comparação com o ano anterior. A pesquisa reiterou a importância do manejo do estresse, dado o impacto negativo na produtividade, aumento de acidentes e erros, e na capacidade de tomada de decisão.

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, (2020), oferece prestação de serviço social aos seus agentes, desde agosto de 2007. Seu órgão especializado recebeu, à época a nomenclatura de Serviço de Assistência Social (SAS). O SAS, no ano de 2014, passou a ser denominado de CAS - Coordenadoria de Assistência Social, sendo integrada, no ano seguinte à Diretoria de Saúde da PMMT.

Em setembro de 2019 foi inaugurado, no 3º batalhão da PMMT, localizado no bairro CPA IV, em Cuiabá, o primeiro consultório psicológico, o qual faz parte de um projeto de descentralização dos serviços de assistência social e psicológica, com atendimento exclusivo aos policiais militares do Estado de Mato Grosso.

Convém salientar que os serviços prestados pelo CAS consistem em acolhimento, entrevista e orientações sobre saúde física, mental e qualidade de vida; encaminhamento a consultas com médicos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos na Diretoria de Saúde da própria PMMT, bem como junto as Instituições Privadas parceiras (a preço subsidiado); Regulação pelo SUS de consultas, exames e cirurgias;

Destarte é perceptível que a gestão da instituição vem investindo e buscando o fortalecimento dos serviços de saúde e assistência social a fim de melhorar e ampliar o atendimento, assumindo a necessidade de desconstrução dessa cultura, que permeia a Polícia Militar como um todo, de resistência, de seus próprios integrantes, à busca de tratamento instituição.

Os achados reforçam a necessidade de contínuas intervenções por parte da Secretaria de Segurança Pública e dos gestores de Recursos Humanos da Polícia Militar de Mato Grosso, visando o bem-estar e a eficiência dos policiais militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais sobre o estresse ocupacional na Polícia Militar, com base nas informações discutidas e na literatura existente, destacam a complexidade e a gravidade do problema, bem como a necessidade de abordagens estratégicas e eficazes para mitigá-lo.

O estresse ocupacional na Polícia Militar é um fenômeno multifacetado que afeta não apenas a saúde mental e física dos policiais, mas também a eficácia e a eficiência do serviço de segurança pública. A natureza do trabalho policial, frequentemente associada a situações de alto risco e pressão, exige constantemente que os agentes se adaptem a condições estressantes.

Os estudos mostram que a exposição prolongada ao estresse pode levar a várias consequências negativas, incluindo a Síndrome Geral de Adaptação e suas fases de alarme, resistência e exaustão.

Para enfrentar o estresse ocupacional na Polícia Militar, é essencial adotar estratégias multifacetadas. As intervenções devem incluir programas de apoio psicológico, práticas de atividade física regular e métodos de manejo do estresse. Além disso, é fundamental que haja um reconhecimento institucional dos desafios enfrentados pelos policiais, acompanhado de esforços para melhorar as condições de trabalho, como a adequação de horários, a melhoria dos recursos e equipamentos, e o fomento de um ambiente de trabalho mais colaborativo e menos hierárquico.

Convém destacar que no decorrer da pesquisa fora notada a necessidade de abordagem de outras questões, fazendo-se necessário a abstenção da abordagem mais

aprofundada do tema relativo ao *ambiente de trabalho mais colaborativo e menos hierárquico*, em virtude da premência em se concluir o presente trabalho.

A pesquisa e a literatura sugerem que a abordagem para lidar com o estresse ocupacional na Polícia Militar deve ser holística e contínua, envolvendo não apenas ações pontuais, mas também mudanças estruturais e culturais nas instituições de segurança pública. A promoção de um ambiente de trabalho mais saudável e a implementação de práticas de bem-estar podem ser significativamente benéficas.

Em última análise, o desafio do estresse ocupacional na Polícia Militar exige uma resposta coordenada que envolva tanto os próprios policiais quanto a administração da polícia, a fim de garantir não apenas a saúde e o bem-estar dos agentes, mas também a eficácia e a eficiência da segurança pública como um todo. É vital que esses esforços sejam sustentados e adaptados às necessidades específicas da força policial e dos indivíduos que a compõem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.M., IBDAIWI, T. K. R., LOPES, L. F. D., COSTA, V. M. F., POSSAMAI, L. O. Stresse ocupacional na perspectiva dos bombeiros da cidade de Santa Maria/RS. **RECAPE: Revista de carreiras profissionais**. Vol 5. N° 1, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/23322>. Acesso em 29 fev. 2024.

ALMEIDA, Nathalia Ferreira de. **O estresse ocupacional em mulheres policiais militares do Pará**. Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública (2019). Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2019/201904%20-%20ALMEIDA.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

BATISTA, Luiz Ricardo Alves Ferreira. Policial militar: identidade, função e responsabilidades. **RECIMA21-Revista científica multidisciplinar**. v.5, n.1, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4795/3355>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BECK, Maria Antonieta Brito. **Saúde mental dos policiais em pauta**. Conselho Regional de Psicologia, 12ª Região. 19 jul. 2021. Disponível em: <https://crpsc.org.br/noticias/saude-mental-dos-policiais-em-pauta>. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Síndrome de burnout: o que é, quais as causas, sintomas e como tratar**. Ministério da saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FAVASSA, C. T. A.; ARMILIATO, N.; KALININE, I. Aspectos fisiológicos e psicológicos do estresse. **Revista de Psicologia da UnC**. Vol. 2, n. 2, p. 84-92. jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/revista/psicologia>. Acesso em 28 fev. 2024.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

GOMEZ, Carlos Minayo. **Introdução - Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações**. In: GOMEZ, C.M., MACHADO, J.M.H., and PENA, P.G.L., comps. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 23-34. ISBN 978-85-7541-365-4. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413654.0002>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LIPP, M. E. N. SADIR, M. A. & BIGNOTTO, M. M.. **Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais**. Paideia. jan.-abr. 2010, Vol. 20, No. 45, 73-81. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/paideia/a/ctxdtbWNVN6FFJCFvtGKXJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2024.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **Os 21 passos do manejo do stress**. 2013. Disponível em: <<http://www.estresse.com.br/orientacoes/os-21-passos-do-manejo-do-stress/>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

LIPP, M. E. N.; COSTA, K. R. da S. N.; NUNES, V. de O. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 46-53, mar. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198466572017000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 jan. 2024.

MARINHO, M. T., SOUZA, M. B. C. A. de, SANTOS, M. M. A., CRUZ, M. A. de A. da, & BARROSO, B. I. de L. (2018). Fatores geradores de estresse em policiais militares: revisão sistemática. **Revista Família, Ciclos De Vida E Saúde No Contexto Social**, 6, 637-648. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/3132>. Acesso em: 14 jan. 2024.

MATO GROSSO. Lei Complementar nº 555 de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, edição nº 26444, da página nº 1 até a página nº 11. Cuiabá, dez. 2014.

MEDEIROS, L. C. & LINO, W. S. A implementação do curso de instrutor de educação física militar no âmbito da polícia militar do estado de mato grosso como forma de melhorar a saúde física e qualidade de vida dos policiais militares. **Revista Científica de Segurança Pública Homens do Mato**. Vol. 9, nº 1. jan/dez. 2019. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/473/pdf#>. Acesso em 15 jan. 2024.

NAHAS, Marcus Vinícius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5. ed. rev. atual. Londrina: Midiograf, 2010.

PAULOLIVEIRA, T. S. de; FAIMAN, C. J. S. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 19(2), abr-jun 2019, p. 607-615. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v19n2/v19n2a05.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

PAULINO, F. R; LOURINHO, L. A. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará, the illness psychological thriller of military Ceará. **Revista trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, jul / dez, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2708999-O-adoecimento-psicologico-do-policial-militar-do-ceara-the-illness-psychological-thriller-of-military-ceara-fabio-rodrigues-paulino-1.html>. Acesso em 16 jan. 2024.

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO. **13 anos do CAS-PMMT**. Portal da PMMT, Assessoria, Notícias, 10 ago. de 2020. Disponível em: <https://www.pm.mt.gov.br/-/15092610-13-anos-do-cas-pmmt>. Acesso em 05 jan. 2024.

PORTES, Ítalo Bruno Filgueiras. **Atividade física como fator de redução do estresse dos policiais do batalhão Daniel de Queiroz**. Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Bacharel em Segurança Pública – CBSP/CFO como requisito obrigatório para a conclusão do Curso e obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública. P 31-49, 2014.

REVISTA PROTEÇÃO. **Estresse é um dos fatores que mais causa afastamento e falta**. 2016. Disponível em: http://www.protecao.com.br/noticias/doencas_ocupacionais/estresse_e_um_dos_fatores_que_mais_causa_afastamento_e_falta/JyyAAAjyAJ/10655 Acesso em: 06 jan. 2024.

SANTOS, A. P. L.; LACAZ, F. A. C. **Apoio matricial em saúde do trabalhador: tecendo redes na atenção básica do SUS, o caso de Amparo/ SP**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1143-1150, maio, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/BmBFHD6dBjbdr9jwbSwKvQq/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Sara Cristina. da. **O Estresse do Policial Militar do Estado de Mato Grosso: Condições de trabalho do Policial Militar**. Monografia. Cuiabá. 2004.

SILVA, Anderson Luiz da. A atividade física como instrumento de combate ao estresse e melhoria da qualidade de vida do policial militar de MT. **Revista Científica de Segurança Pública Homens do Mato**. Vol. 1, nº 6. jul./dez. 2011. Disponível em: http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/171/pdf_68. Acesso em 15 jan. 2024.

SPECTOR, Paul. E. **Psicologia da saúde ocupacional**. In: SPECTOR P. E. Psicologia nas Organizações. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 294-324. VIEIRA, I. S. Medicina básica do trabalho. Curitiba: Apta, 2010, 576 p.

WHO, World Health Organization. **World Suicide Prevention Day 2022 - Creating hope Through Action**. 10 set. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2022/09/10/default-calendar/world-suicide-prevention-day-2022>. Acesso em: 13 jan. 2024.

WINTER, L. E., & ALF, A. M. (2019). A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 19(3), 671-678. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v19n3/v19n3a05.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ZANCAN, R. K.; MACHADO, A. B. C.; BOFF, N. e OLIVEIRA, M. da S. **Estresse, Ansiedade, Depressão e Inflexibilidade Psicológica em Estudantes Universitários de Graduação e Pós-Graduação**. Estud. pesquis. psicol., Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 749-767,

ago. 2021. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812021000200020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 fev. 2024.

ZENKNER, K. V.; DENARDIN, E. F.; JESUS, A. A. de; STROM, B. R.; SILVA, E. S. da; CARLESSO, J. P. P. Saúde mental dos profissionais da saúde: o adoecimento de quem se dedica a cuidar da doença do outro. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e916974747, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4747. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4747>. Acesso em: 4 mar. 2024.

ZIMMER, Nara Teresinha. **Psicopatologia do trabalho: uma reflexão sobre o trabalho humano no que concerne ao processo sofrimento ou adoecimento psíquico**, 2014. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Psicologia do Departamento de Humanidades e Educação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Santa Rosa, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br/items/fce22b0d-1f68-4253-9218-99ba43b897f3>. Acesso em 10 jan. 2024.

AS SINGULARIDADES DAS MÃES ALUNAS SOLDADOS NO 32º CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMMT

Alana Ramalho London¹

Ana Liah Gomes Uemura²

Clauderize Karla de Oliveira Uemura³

Joelma Dayane Carvalho de Melo Bressanelli⁴

RESUMO

O presente artigo objetiva discorrer sobre aspectos da presença feminina no 32º curso de formação de soldado da PMMT, para tanto, iremos especificamente focar nas alunas soldados que são mães. Objetiva-se refletir sobre as mulheres mães que ingressaram na carreira na polícia militar, identificar e relatar os desafios que enfrentam durante o curso de formação. Para tanto, se procede a metodologia do trabalho por meio de revisão bibliográfica, além da coleta de dados quantitativos e análise de políticas e práticas já instaladas no âmbito da PMMT. Desse modo, imperioso é falar das alunas mães no 32º curso de formação da Polícia Militar e abordar estruturas sociais, sobre as dificuldades e necessidades enfrentadas por essas mulheres. Este trabalho busca, portanto, discutir os desafios da inclusão, da igualdade de oportunidades e de condições adequadas para conciliar a maternidade com a carreira policial. destacando os desafios específicos encontrados em contextos de formação, treinamento e forjamento na sua formação de soldado da Polícia Militar.

Palavras-chave: Mulheres Mães; Curso de formação; Polícia Militar; Inclusão e Enfrentamento.

ABSTRACT

This article aims to discuss aspects of the female presence in the 32nd PMMT soldier training course. To this end, we will specifically focus on student soldiers who are mothers. The aim is to reflect on women mothers who entered the military police career, identifying and reporting the challenges they face during the training course. To this end, the work methodology is carried out through a bibliographical review, in addition to the collection of quantitative data and analysis of policies and practices already installed within the scope of PMMT. Therefore, it is imperative to talk about student mothers in the 32nd Military Police training course and address social structures, the difficulties and needs faced by these women. This work therefore seeks to discuss the challenges of inclusion, equal opportunities and adequate conditions to reconcile motherhood with a police career. highlighting the specific challenges encountered in training, training and forging contexts in their training as a Military Police soldier.

Keywords: Women Mothers; Training course; Military Police; Inclusion and Confrontation.

¹ Aluna Soldado graduando no Curso Tecnólogo em Segurança Pública da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – 32º CFSD.

² Aluna Soldado graduando no Curso Tecnólogo em Segurança Pública da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – 32º CFSD.

³ Aluna Soldado graduando no Curso Tecnólogo em Segurança Pública da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – 32º CFSD.

⁴ Professora Orientadora. Primeiro Tenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Bacharel em Direito e Segurança Pública, pós-graduado em Direito Civil. E-mail: joelmamelo@pm.mt.gov.br

REFERENCIAL TEÓRICO

Por razão, elencamos compreender e destacar em nossa pesquisa os desafios e necessidades da mulher mãe que é aluna no 32º Curso de Formação de Soldados da PMMT. A escolha se deu em decorrência do carecimento de entendimento de como se dá a conciliação das missões de ser aluna policial militar e de ser mãe, visto que no Curso de Formação os alunos são exaustivamente exigidos para que se obtenha o melhor preparo para futuramente poderem prestar um excelente serviço buscando sempre a garantia da preservação da ordem pública e segurança da população.

A pesquisa é modesta, vem fazer uma pequena contribuição acerca das vivências da aluna policial militar que é mãe e a construção da capacidade de lidar com a sensibilidade –ser mãe – mas também com a força e a coragem – ser Policial Militar. Trazemos em poucas linhas a importância do entendimento da realidade da aluna mãe presente no 32º CFSD para futuras melhorias, assim como, a compreensão dos desafios da presença das mulheres mães dentro do curso de formação pode contribuir para uma força mais inclusiva, capaz de atender às necessidades de uma comunidade diversificada. A pesquisa busca contribuir para formação e permanência e alcance cada vez maior de mulheres dentro da PMMT.

Especificamente, o foco do estudo proposto nesse artigo é a aluna soldado que é mãe e os desfechos que a sua presença no curso de formação causa para si, para os que a cercam e a sociedade. Baseando-se nas concepções das alunas em formação, para tanto elencaremos os seguintes objetivos: Descortinar a trajetória, dificuldades, superações e escolhas dessas mulheres no 32º Curso de Formação de Soldados da PMMT. Objetivos específicos: Investigar os desafios enfrentados pelas mulheres mães durante o 32º CFSD da PMMT; Identificar as necessidades específicas das mulheres mães para conciliaras demandas da maternidade com os requisitos do Curso de Formação; Propor estratégias e políticas para os próximos Cursos de Formação da Polícia Militar que possam promover a igualdade de oportunidades para mulheres mães.

METODOLOGIA

Quanto aos aspectos metodológicos, o tipo de pesquisa desenvolvido partirá de uma abordagem qualitativa e, também, descritiva, pois visa à descrição e compreensão da atuação da aluna soldado mãe no 32º Curso de Formação de Soldados (CFSD) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso que acontece entre os anos de 2023 e 2024. Buscando exercitar uma perspectiva interdisciplinar, esta pesquisa dialoga com teorias e conceitos da Antropologia Social, um dos campos de estudo em que, nas últimas décadas, têm surgido importantes trabalhos técnicos e acadêmicos referentes a segregação de gênero a em determinados campos de trabalhos. O quadro referencial da pesquisa, portanto, remete diretamente ao tema da condição da mulher enquanto profissional do campo da segurança pública, que se vê diante de um universo predominantemente masculino. Outra vertente teórica importante para a pesquisa envolve a discussão de gênero, visibilidade social e profissional das mulheres. Em regra, esta pesquisa tem mostrado que, muito embora exista leis que dizem respeito a proteção do direito a igualdade, elas não atendem à expectativa dos grupos em questão de serem plenamente respeitados na condição de sujeitos daqueles direitos. É interesse da Antropologia Social investigar as dinâmicas sociais que envolvem as várias estruturas que montam a sociedade, compreender as ligações, investigar as lutas por reconhecimento dos indivíduos. Logo, seguindo uma discussão atual no âmbito das Ciências Sociais, a pesquisa em andamento busca compreender a presença feminina no curso de formação, e as e suas práticas sociais específicas de expansão, de resistência e de sobrevivência dentro do 32º curso de formação da PM no Estado de Mato de Grosso. Para tanto, aqui serão apresentados os procedimentos a serem utilizados para alcançar os objetivos propostos no projeto. A pesquisa tende a se desenvolver por meio de bibliografia específica acerca do tema e documentos que tragam consigo contribuições, além da coleta de dados quantitativos através de levantamento dedados sobre a presença de mulheres mães no 32º CFSD da PMMT, incluindo

informações sobre o número de mães, a situação e perspectivas que possuem acerca do curso.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

O ENFRENTAMENTO: O INÍCIO DA FORJA DE MÃES CIVIS E MÃES MILITARES

A origem do verbo forjar vem do substantivo forja, que significa o estabelecimento onde se fundem e se modelam os metais. Metaforicamente onde se molda, se faz renascer algo, aqui para nós, surgem novas mulheres a partir do fogo. Os primeiros trintas dias de curso, foram para garantir o forjamento dos alunos, foi uma espécie de troca de pele, para que ambos dessem um adeus ao lado civil e um Hope ao mundo militar.

As primeiras semanas foram um terremoto físico e emocional para muitos, onde foram obrigados a sair da zona de conforto, transportados para outra realidade, um universo a qual a grande maioria jamais tinha feito parte. Para as alunas mulheres mães em especial os desafios enfrentados foram únicos, seja o de superação física, foi também o de tentar conciliar suas responsabilidades profissionais com as demandas da maternidade.

Para muitas das alunas uma das principais questões enfrentadas foi a jornada de trabalho no decorrer do curso que exigiu a disponibilidade em horários irregulares, plantões noturnos e finais de semana. Elas assistiram a organização e rotina familiar ser alterada. Vários questionamentos foram surgindo: Como conciliar a formação profissional e os cuidados com os filhos? Como não deixar impactar negativamente a vida profissional e pessoal durante a formação?

Consideradas como pouco monopolizadoras, elas devem permitir que uma mulher realize bem sua tarefa profissional (menor) e doméstica (primordial). A feminização do ensino secundário repousa sobre esta ideia de um meio período consagrado ao estudo pelos clérigos equivalentes ao tempo dedicado a mulher pela família. (OLIVEIRA; COUTINHO; FERREIRA, 2014).

A discriminação de gênero também foi um problema enfrentado pelas alunas mulheres mães, elas estavam ocupando um espaço majoritariamente masculino que ainda existe em seu cerne uma cultura machista, o que pode resultar em tratamento desigual, carência de empatia, falta de oportunidades de promoção e dificuldades para conciliar a maternidade com a carreira. Além disso, é importante promover a igualdade de gênero dentro das instituições policiais, garantindo oportunidades de promoção e desenvolvimento profissional para as mulheres, e incentivando a participação ativa das mulheres em cargos de liderança.

Por esse motivo ainda existem alguns homens que tratam com diferença seus pares que são mulheres, muita das vezes desmerecendo o seu trabalho. Essa afirmação é evidenciada na resposta da Praça PM “B”. No serviço a mulher só não é desmerecida ainda mais quando ela é a mais antiga da guarnição. A maioria dos policiais homens ainda é muito machista, eles toleram mulheres no serviço porque são obrigados, porque o ingresso delas não depende deles. (SILVA et al., 2018, p. 116)

A discriminação da mulher que é mãe dentro da Polícia Militar é uma realidade que infelizmente ainda existe. Essa distinção pode se manifestar de diferentes formas e ter impactos negativos na vida profissional e pessoal das mulheres. Uma das formas de discriminação enfrentadas pelas alunas mulheres mães no curso de formação foi a falta de políticas e estruturas de apoio adequadas.

Principalmente para as que vieram de cidades interioranas do estado com distâncias grandes da localização da capital, o que não possibilita que nem aos finais de semana elas possam se deslocar a sua cidade natal pois não haveria tempo hábil para retornar a tempo. A ausência de creches ou programas de assistência à infância nas instituições que parte da polícia militar dificulta a conciliação entre o trabalho e os cuidados com os filhos.

No 32º curso de formação, diferente dos anteriores, observou-se um cuidado com as alunas mães. Uma das alunas que estava em período de amamentação recebeu por parte da instituição o acolhimento necessário e de direito, a ela foi disponibilizado um lugar privado, com poltrona e climatizado para que a mesma pudesse amamentar sua filha de até então 3 meses no início do curso.

Outra dificuldade que as mães enfrentam é a falta de flexibilidade nos horários de início das atividades, pois, até a metade do curso de formação o horário de entrada era às 6:00 horas da manhã, horário este que fazia com que essa mulher saísse de casa e retornasse sem ver seu filho acordado, impossibilitando totalmente alguma possibilidade de ao menos poder levar a criança na escola, provocando um distanciamento nessa relação tão importante que é a de uma mãe com seu filho.

Contudo, nesse tocante no 32º curso de formação houve uma pequena concessão para uma aluna mãe que veio do interior e trouxe sua filha de 2 anos, a mesma se mudou para localização próxima da ESFAP e em frente a uma creche para que pudesse estar deixando a criança na mesma antes de ir para o curso, foi concedida a aluna que pudesse chegar até às 7:00 horas 2x por semana para início das atividades. Um pequeno passo na busca de melhoria de mais direitos para as mulheres que ingressarão nos demais cursos que virão nos próximos anos.

MULTIPLAS JORNADAS: OS DESAFIOS DE CONCILISAR AS RESPONSABILIDADES PROFISSIONAIS DE ALUNA A SOLDADO COM OS CUIDADOS COM OS FILHOS

A preocupação das mães que precisam trabalhar fora é uma realidade enfrentada por muitas mulheres em todo o mundo. Conciliar as responsabilidades profissionais com os cuidados com os filhos pode ser um desafio significativo, gerando preocupações e estresse.

Uma das principais preocupações das mães que precisam trabalhar fora é garantir o bem-estar e a segurança dos filhos. Deixar os filhos aos cuidados de terceiros, como creches, babás ou familiares, pode gerar ansiedade e preocupação com relação à qualidade dos cuidados e à segurança das crianças. As mães podem se preocupar com a saúde, alimentação, educação e bem-estar emocional de seus filhos enquanto estão ausentes.

Além disso, a falta de tempo para passar com os filhos é outra preocupação comum, as mães que trabalham fora muitas vezes têm uma jornada de trabalho longa e exigente, o que pode limitar o tempo disponível para estar com os

filhos. Essa falta de tempo pode gerar sentimento de culpa e preocupação com relação ao vínculo e à qualidade do relacionamento com os filhos. Nessa toada seria um diferencial especial que as alunas a soldado tivessem apoio da instituição na criação de uma creche que atendesse essas mães como especifica, SETÚBAL (2006) em:

Especificidade do trabalho da creche distingue-se de outros estabelecimentos pela sua maior ou total flexibilidade de horário de funcionamento, período de férias e de matrícula, forma de grupamento das crianças, equipe profissional e currículo. Pelo fato de que deve acrescentar às atividades psicopedagógicas, as de higiene e alimentação, que são facultativas aos demais estabelecimentos de ensino como escolas maternais, jardins de infância e pré-escolas.¹

Fica evidente a importância de uma creche e que além de todas as vantagens elencadas ainda contribuiria para a melhoria do ambiente de trabalho das mesmas como reforça SETÚBAL (2006):

Melhoria de Ambiente de Trabalho: Diante das transformações constantes e muito rápidas no "Mundo do Trabalho", os impactos em relação às condições de vida e saúde dos trabalhadores são muito evidenciados, surgindo a necessidade de adoção de novas técnicas para garantir um ambiente adequado de trabalho para poder atingir os seus objetivos, respeitando ainda a Legislação vigente. Uma empresa moderna que deseja sobreviver e perpetuar-se deve valorizar o ser humano, propiciando o desenvolvimento de ações que melhorem o nível na qualidade de vida no ambiente físico do trabalho dos indivíduos, que representa satisfação interna entre empregado e empregador.²

Outra preocupação é a sobrecarga de tarefas e a dificuldade de conciliar as demandas profissionais e familiares. As mães que trabalham fora muitas vezes precisam lidar com múltiplas responsabilidades, como cuidar da casa, fazer compras, preparar refeições e ajudar nos deveres escolares dos filhos. Essa sobrecarga pode gerar estresse e cansaço, afetando o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal.

As doenças geradas pelo estresse e os gastos com o tratamento são extremamente elevados. São crescentes casos de distúrbios de ansiedade e de depressão, por um lado, e o elevado consumo de medicamentos ansiolíticos e antidepressivos, por outro, E que além dos distúrbios já citados, há prejuízos para as relações pessoais, familiares, profissionais e perda de eficiência. (SETÚBAL, 2006, p.61-62).

Para lidar com essas preocupações, é importante que as mães que precisam trabalhar fora busquem apoio e recursos adequados para não desenvolverem transtornos como exemplo a ansiedade.

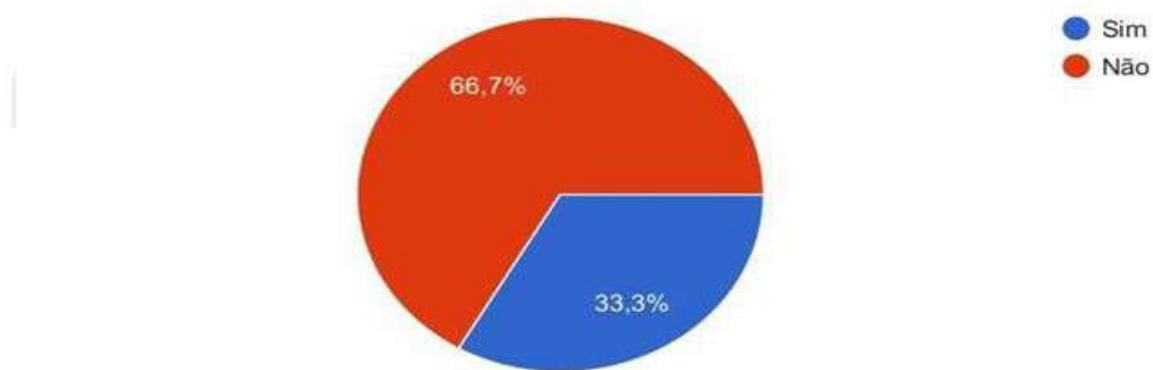
DISTÂNCIA: A PREOCUPAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DE CUIDAR DOS FILHOS DE LONGE

Das 95 alunas soldados do 32º CFSD, 35 são mães, conforme informações disponibilizadas pela Seção de Ensino da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP). O questionário foi respondido por 24 alunas soldados mães, uma amostra que corresponde a 68% do universo. Desse total de mães que nos responderam 66,7% estão longe dos seus filhos, como mostra o Gráfico 1. Afirmaram que seus filhos estão em outra cidade. Essa realidade de distância dos filhos, intensifica o sofrimento dessas mães que já se encontram em um ambiente de estresse e pressão do Curso.

Gráfico1.

Seu filho está morando com você durante o curso?

24 respostas



Fonte: Autores da pesquisa.

O drama das mães que moram longe dos filhos para trabalhar é uma situação emocionalmente desafiadora e complexa. Essa realidade é enfrentada por muitas mulheres que precisam se afastar de suas famílias em busca de

oportunidades de trabalho ou melhores condições de vida. Uma das principais fontes de angústia para essas mães é a separação física dos filhos, estar longe dos filhos pode gerar sentimentos de tristeza, solidão e saudade intensa e a falta de contato diário e a impossibilidade de acompanhar de perto o crescimento e desenvolvimento dos filhos podem ser extremamente dolorosos Além disso, a culpa é uma emoção comum experimentada por essas mães. Elas podem se sentir culpadas por não estarem presentes na vida cotidiana dos filhos, por não poderem participar de momentos importantes, como aniversários, eventos escolares ou conquistas pessoais. Essa culpa pode ser agravada pela pressão social e pelos julgamentos de outras pessoas. Outro dado relevante a ser debatido é que 100% das alunas soldados mães acreditam que sua ausência na criação do(s) seu(s) filho(s) faz falta para a educação dele (s), Gráfico 2.

Gráfico 2

Você sente que a sua ausência na criação do (s) seu (s) filho (s) faz falta para a educação dele (s)?

24 respostas



Fonte: Autores da pesquisa.

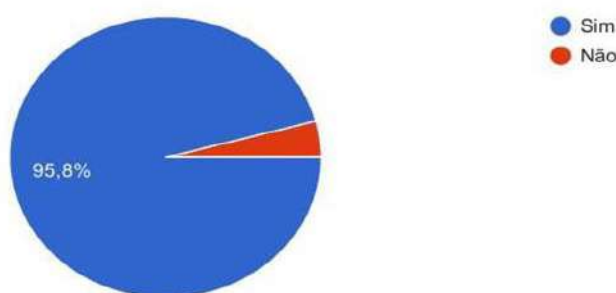
Outras 91,7% percebeu que o filho demonstrou alterações emocionais e comportamentais por estar sentindo sua falta e 95,8% se sente abalada emocionalmente e mais sensível pelo fato de estar mais distante do (s) seu (s) filho (s) nesse momento, Gráfico 3.

O resultado verificado corrobora com a pesquisa de COSTA (2018), onde a pesquisadora enfatiza que essa conciliação entre vida profissional e familiar provoca nas mulheres sentimentos por vezes contraditórios, pois a falta de tempo para a família e a dificuldade em acompanhar o crescimento dos filhos são vistas pela mulher como perda, consequência da herança da “natureza feminina”. COSTA (2018) acrescenta ainda que o cuidado e o bem-estar dos filhos pequenos são a responsabilidade doméstica que mais preocupa as mulheres, ocasionando um estresse emocional, além do cansaço físico.

Gráfico 3.

Você se sente abalada emocionalmente e mais sensível pelo fato de estar mais distante do (s) seu (s) filho (s) nesse momento?

24 respostas



Fonte: Autores da pesquisa.

Outra preocupação é a responsabilidade de cuidar dos filhos à distância. As mães que moram longe muitas vezes precisam confiar em outras pessoas, como familiares, amigos ou cuidadores, para cuidar dos filhos, Gráfico 4.

Gráfico 4

Quem cuida dos seus filhos enquanto está no curso?

24 respostas



Fonte: Autores da pesquisa

Essa dependência pode gerar preocupações com relação à qualidade dos cuidados, à segurança e ao bem-estar dos filhos. Uma dessas preocupações são os maus tratos que, como pontuado por SETÚBAL (2006, p. 61) é de conhecimento de todos:

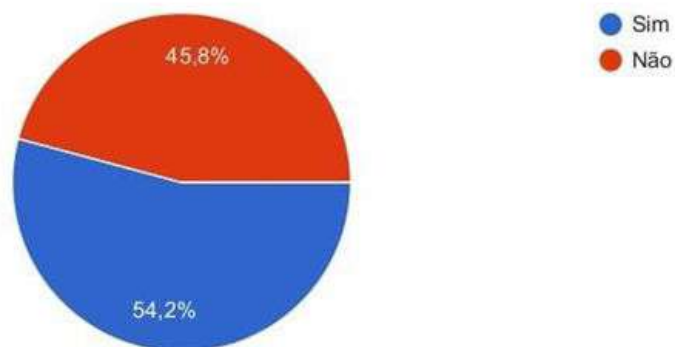
Maus Tratos: É vasta e conhecida por todos, casos de maus tratos gerados por babás, parentes e escolas, ocasionados por pessoas mal preparadas e desqualificadas para cuidarem de crianças. E diante do grande avanço da violência contra crianças, principalmente numa idade em que ainda não sabe se comunicar direito com os pais, fica difícil e preocupante para as mães escolher alguém e um lugar qualificado e confiável para tomar conta de seus filhos quando estão no trabalho.³

Para lidar com esse drama, é importante que as mães encontrem formas de se manterem conectadas emocionalmente com seus filhos, mesmo à distância. Algumas estratégias que podem ajudar incluem: Comunicação regular, Participação ativa, Buscar apoio emocional, Cuidar de si mesma. Nesse sentido perguntamos as alunas se elas se sentiam acolhidas pela escola de formação?

Gráfico 5.

Você se sentiu acolhida pela instituição (PMMT) em relação a ser mãe?

24 respostas



Fonte: Autores da pesquisa

Um resultado positivo apurado neste estudo, é que a maioria das alunas mães asseguraram sentirem-se acolhidas pela instituição (PMMT) em relação a ser mãe, conforme pode ser observado no Gráfico 5. Entretanto, 66,7% declarou ter pensado, em algum momento, em desistir do 32º CFSD devido às dificuldades em conciliar o papel de mãe com o curso. Dado alarmante, pois jamais uma profissional deveria sequer cogitar a possibilidade de desistir de sua carreira devido a ser mãe. Em nenhum momento ser mãe deveria ser um impedimento ou um fator de dificuldade para que as mulheres galguem conquistas. Para isso, as instituições devem buscar evoluções constantes para garantir a real aplicação do princípio da isonomia e assegurar a todos os indivíduos oportunidades iguais, sem deixar de considerar as condições diferentes de cada um, como por exemplo: ser mãe. COSTA (2018) salienta que se não houver equilíbrio nessa conciliação - trabalho e vida familiar - e espaço para o exercício de autonomia, essa busca incessante poderá trazer profundos impactos sobre a saúde da mulher contemporânea.

Se faz necessário manter uma comunicação frequente com os filhos por meio de chamadas de vídeo, mensagens de texto ou cartas pode ajudar a reduzir a distância emocional e manter o vínculo afetivo. Mesmo à distância, é importante se envolver na vida dos filhos, participando de decisões importantes, apoiando-os emocionalmente e estando presente nas datas comemorativas e eventos significativos.

Organizar visitas regulares aos filhos, sempre que possível, para passar tempo de qualidade juntos e fortalecer os laços familiares. Procurar apoio de amigos, familiares ou grupos de apoio pode ajudar a lidar com as emoções difíceis e compartilhar experiências com outras mães que estão passando pela mesma situação. É importante que as mães que moram longe dos filhos também cuidem de si mesmas, buscando atividades que proporcionem bem-estar emocional, como hobbies, exercícios físicos e momentos de relaxamento.

Apesar de estarem em um curso de formação militar, que exige do corpo um alto rendimento de esforço físico e mental, as mulheres mães que ali estão buscando sua formação, não deixam de se preocuparem com seus filhos que estão

sob os cuidados de outras pessoas que não são elas. Instintivamente uma boa mãe acredita que somente ela é capaz de cuidar bem de sua prole, e isso atormenta e angustia essa mulher que por inúmeros motivos precisou sair de seu reduto familiar para buscar essa ascendência profissional. Para SETÚBAL (2006, P. 55):

...a preocupação com os filhos quando a mulher tem que ir trabalhar é um dos instrumentos estressores mais cruéis, pois a mulher, principalmente a policial militar, é conhecedora do aumento de uma estatística assustadora que é o número de maus tratos contra criança, efetuados por babás e outras pessoas de confiança dos próprios pais, não esquecendo também os inúmeros casos de acidentes domésticos e de violência sexual contra menores, inclusive bebês, que resultaram em tragédias que repercutem os telejornais do mundo inteiro.⁴

Visto que este curso se localiza em um estado com vastas dimensões territoriais, aonde vieram mulheres de cidades com distâncias de mais de 600 a 1000 km da capital, até mesmo algumas de estados adjacentes ao Mato grosso como Tocantins e Goiás, fazendo com que elas fiquem tão distantes que nem mesmo nas folgas consigam se deslocar a cidade em que moravam pois acarretaria em faltas nas aulas e consequentemente a perda do curso uma vez que neste 32º curso de formação os alunos a soldado tem direito de perder apenas 25% de carga horária de hora aula e nem mesmo faltas mediante atestado são abonadas.

Considerando esses motivos, seria de grande valia a criação de uma creche institucional na capital a onde se localiza o 32º curso de formação de soldados para amparar essas mulheres nessa árdua trajetória de longos 11 meses de formação.

A verdadeira finalidade da creche é responder pelos cuidados integrais da criança na ausência da família. A creche existe para exercer, pela família, embora não assumindo o seu lugar, os cuidados básicos de saúde e da educação, durante o horário de afastamento dos pais, prestando-lhe assistência integral, em qualquer parte do dia, às vezes até a noite, cuidando de sua segurança física e emocional, com a inclusão de todos os cuidados relativos a: segurança, higiene, alimentação, afeto e educação (SETÚBAL, 2006, p.56).

Como já mencionado, neste 32º curso de formação de soldados é o primeiro a convocar um quantitativo de 20% de mulheres, sendo que, nos anteriores sempre foram de apenas 10% do total de convocadas, além disso este é o primeiro curso foi exigido curso de nível superior, fazendo com que especificamente nesta

turma e nas demais que virão, a idade das aluna a soldado seja maior do que nos cursos anteriores, em que a maioria entravam na instituição apenas com o nível médio de escolaridade e com idade entre 18 e 24 anos. Neste curso temos a idade média de alunas entre 28 a 32 anos, resultando que estas em sua grande maioria já são mães.

AS MÃES VESTEM FARDA ENTRE ORGULHO, VITÓRIA, PERTENCIMENTO E SUPERAÇÃO

Nesta pesquisa foi verificado como primeiro dado que 66,7% das alunas soldados mães, antes do início do curso, residiam no interior do estado de Mato Grosso ou em outro Estado. Isso aponta que, essas mães, enfrentam mais uma dificuldade: Estão longe de seu lar e família. De acordo com a autora TABALIPA et.al (2015)⁵ estudantes que não moram com a família, podem ter um nível mais elevado de estresse e outros tipos de sofrimento mental, pois o suporte social é apontado como crucial para a manutenção da saúde mental.

Ainda em relação aos dados demográficos, foi averiguado que uma porcentagem maior que 65% das alunas soldados mães têm entre 30 a 35 anos, e 83,3% possuem um(a) parceiro(a) – casadas no civil ou união estável – o que é um ponto positivo, visto que de acordo com o estudo de VANDERLINE et.al (2009)⁶ as mães consideram o apoio dos maridos como o mais importante.

Dentre os principais motivos para a escolha da profissão de policial militar, foram eleitos: a estabilidade financeira, sonho e influencia familiar. Concordando com o trabalho de COSTA (2018)⁷ que afirma que o trabalho formal e assalariado representa para muitas mulheres uma realização pessoal, pois configura-se em um espaço construído individualmente, no qual sentem-se valorizadas como pessoas.

Em relação a quantidade e idade dos filhos, a pesquisa demonstrou que a maioria possui entre um e dois filhos. Além disso, notou-se que mais de 87% dos filhos das alunas têm menos de 10 anos de idade. Outro fator que chamou a

atenção, é que 8,3% dessas crianças possuem menos de um ano. Cabe ressaltar que é na primeira infância, período compreendido entre a concepção do bebê e os seus anos de idade, que a criança requer demasiada atenção e cuidado da mãe, como reforça a autora OLIVEIRA(2018)⁸ que no início da vida da criança, a mãe tem um papel de extrema importância junto a este, já que ela é uma das responsáveis por apresentar o mundo ao seu filho, é uma das mais importantes provedoras do ambiente e das circunstâncias satisfatórias para que ocorra o desenvolvimento saudável da criança.

Quanto ao aspecto de apoio durante o período de formação, mais de 54% das alunas mães responderam não ter enfrentado dificuldades em encontrar alguém que cuidasse do (s) seu (s) filho (s) durante o Curso de Formação e esse cuidado, têm sido exercido, principalmente, pelo pai ou pelos avós maternos.

Outrossim, 66,7% das alunas mães não conseguem dedicar nenhuma hora do dia aos filhos, só conseguindo vê-los aos finais de semana ou nos dias de folga. Essa realidade é constatada, muito provavelmente, devido a extensa carga horária do Curso, onde os alunos permanecem uma média de 16 h por dia na Escola de Formação, chegando às 6:00 h da manhã, tendo aulas até às 21:30 h, e por vezes, até às 23:10 h (procurar pesquisa que fale sobre carga horária extensa de cursos de formação). O resultado verificado corrobora com a pesquisa de COSTA (2018), onde a pesquisadora enfatiza que essa conciliação entre vida profissional e familiar provoca nas mulheres sentimentos por vezes contraditórios, pois a falta de tempo para a família e a dificuldade em acompanhar o crescimento dos filhos são vistas pela mulher como perda, consequência da herança da “natureza feminina”. Além do mais COSTA (2018) acrescenta ainda que o cuidado e o bem-estar dos filhos pequenos são a responsabilidade doméstica que mais preocupa as mulheres, ocasionando um estresse emocional, além do cansaço físico.

O ser mãe deveria ser um impedimento ou um fator de dificuldade para que as mulheres galguem conquistas. Para isso, as instituições devem buscar evoluções constantes para garantir a real aplicação do princípio da isonomia e assegurar a todos os indivíduos oportunidades iguais, sem deixar de considerar as condições diferentes de cada um, como por exemplo: ser mãe. COSTA (2018),

salienta que se não houver equilíbrio nessa conciliação - trabalho e vida familiar - e espaço para o exercício de autonomia, essa busca incessante poderá trazer profundos impactos sobre a saúde da mulher contemporânea. Por fim, as alunas mães declararam que a família apóia a sua participação no 32º CFSD e na carreira policial militar e quase 60% garantiram que terão apoio e condições familiares para realizar algum curso operacional na PMMT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que as instituições policiais adotem políticas e medidas que apóiem as mulheres mães. Isso inclui a implementação de programas de licença-maternidade e licença-paternidade adequados, a criação de creches ou parcerias com instituições de assistência à infância, a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo e livre de discriminação de gênero, e o fornecimento de suporte emocional e psicológico para as mulheres mães.

Em resumo, as mulheres mães no curso de formação enfrentam desafios específicos que exigem atenção e suporte adequados. É fundamental que as instituições policiais adotem medidas para garantir a conciliação entre a maternidade e a carreira, promovendo a igualdade e criando um ambiente de trabalho inclusivo e acolhedor para todas as mulheres. Para combater a discriminação da mulher que é mãe, é fundamental que as instituições policiais adotem medidas efetivas. Além disso, é necessário promover uma cultura organizacional inclusiva e livre de preconceitos por meio de treinamentos e programas de sensibilização. É importante que as mulheres mães sejam valorizadas e tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento profissional que seus colegas masculinos. A discriminação da mulher que é mãe dentro da Polícia Militar é uma questão que precisa ser enfrentada. É fundamental que as instituições policiais adotem medidas para garantir a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos das mulheres mães, promovendo uma cultura organizacional inclusiva e acolhedora.

Além disso, a discriminação também pode afetar as mulheres mães na Polícia Militar. Ainda existe uma cultura machista em algumas instituições policiais, o que pode resultar em tratamento desigual, falta de oportunidades de promoção e dificuldades para conciliar a maternidade com a carreira. As mulheres mães podem enfrentar estereótipos negativos e preconceitos baseados em sua condição de mãe, nem passam pelo grivo que pode limitar suas oportunidades de crescimento profissional.

Por esse motivo ainda existem alguns homens que tratam com diferença seus pares que são mulheres, muita das vezes desmerecendo o seu trabalho. Essa afirmação é evidenciada na respostada Praça PM “B”: *“No serviço a mulher só não é desmerecida ainda mais quando ela é a mais antiga da guarnição. A maioria dos policiais homens ainda é muito machista, eles toleram mulheres no serviço porque são obrigados, porque o ingresso delas não depende deles”*.

Diante disso ficou mais evidente neste curso a realidade das dificuldades enfrentadas por elas devido ao maior quantitativo fazendo com que se torne relevante trazer luz a esse assunto e com isso elas possam galgar por mais auxílio em alguns quesitos e sobretudo neste, pois como já exposto, é muito estressor para essa Mulher e mãe estar separada de seus filhos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e suas relações familiares**. Pre textos- Revista de Graduação em Psicologia da PUC, v.3, n. 6,p. 434-452, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986>>. Acesso em: 04/02/2024.

CAPPELLE, M. C. A.; MELLO, M. C. O. L. **Mulheres Policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, vol. 11, n. 3,p. 71-99. Editora Mackenzie; Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300006>. Acesso em: 19 nov.2023.

COSTA, F. A. da. **Mulher, Trabalho e Família: Os Impactos do Trabalho na Subjetividade da Mulher e em suas Relações Familiares**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 3, n. 6, p. 434 -452, 2018.

MAINARDI, D. M. O. **As Mulheres da Polícia Militar de Mato Grosso e o Uso Ilegal da Força: Reflexos do Referencial Masculino na Educação Informal**. Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO-Associação Brasileira de Psicologia Social, 2007. Disponível em: <https://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_152.pdf>. Acesso em: 19/11/2023

OLIVEIRA, F.M.; COUTINHO, C.M. F.; FERREIRA, M. da L.A. **O trabalho feminino na Polícia Militar: Considerações sobre a realidade laboral das policiais militares**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n.18, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7381/5212>>. Acesso em: 09/02/2024.

OLIVEIRA, T. L. dos S. de. **Relação Entre o Vínculo Mãe-Filho e a Psicossomática na Primeira Infância**. Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia da PUC Minas, v. 3 n.5, p. 547-557. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/16003>>. Acesso em: 04/02/2024.

SETÚBAL, F. R. dos S. **A Importância da Creche da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso como Fator de Diminuição do Estresse Policial Militar e Benefícios para a Atividade Fim**. HOMENS DO MATO - Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 2, p. 54-69, 2006. Disponível em:

<http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/120/pdf_13>. Acesso em: 09/02/2024.

SILVA, A.E.da; SOUZA, J.E.; FERREIRA, E.; SANTOS, J.S.dos CHIELLA, G. de S.A

Importância da Mulher na Polícia em Rondonópolis. HOMENS DO MATO – Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 18 n. 1, 2018. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/399/446>>. Acesso em: 09/02/2024.

TABALIPA, F.; SOUZA, M.; PFÜTZENREUTER, G.; LIMA, V.; TRAEBERT, E.; TRAEBERT, J. (2018). **Prevalence of Anxiety and Depression among Medical Students.** Revista Brasileira de Educação Médica, v. 39, n. 3, p. 388-394. 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n3e02662014>>. Acesso em: 08/02/2024.

VANDERLINDE, L. F.; BORBA, G. A.; VIEIRA, M. L. **Importância da rede social de apoio para mães de crianças na primeira infância.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v.43, n.2, p.429-443, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2009v43n2p429>>. Acesso em: 04/02/2024.

